



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG – MA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**São Luís-2013**



Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG – MA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013).

**SUREG–MA**

**São Luís–2013**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>10</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	10
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	12
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	12
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	13
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos para os próximos 5 exercícios.....	15
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>17</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	17
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	22
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>25</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	25
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	26
3.2.1. Outras Subvenções do Governo Federal.....	26
3.2.1.1 – Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas (PGPM-Bio).....	26
3.2.1.2 – Subvenção Econômica aos Produtores Independentes de Cana-de-açúcar.....	26
3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	27
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	29
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>31</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	31
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	31
4.2.1. Venda em Balcão.....	31
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	33
<b>5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>34</b>
5.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	34
5.2. Principais indicadores de desempenho.....	35
<b>6. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>36</b>
6.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	36
6.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	40
6.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	41
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	42
<b>7. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>44</b>
7.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	44
<b>8. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>45</b>
8.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	45
<b>9. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>46</b>
9.1. Alocação de Servidores.....	46
9.2. Comunicação na Instituição.....	46
9.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	47
9.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	48
9.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	54
9.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	55
<b>10. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>56</b>
10.1. Programas e Ações do PPA.....	56
10.2. Restos a Pagar.....	61

10.3. Demonstrações Contábeis .....	62
10.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	62
<b>11. GOVERNANÇA E CONTROLES .....</b>	<b>64</b>
11.1. Controle Interno da UJ .....	64
11.2. Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos.....	65
<b>12. RESULTADOS E CONCLUSÕES .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>74</b>

**Lista de Siglas**

<b>Sigla</b>	<b>Significado</b>
AGF	Aquisições do Governo Federal
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Centreinar	Centro Nacional de Treinamento de Armazenagem
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAB/MA	Companhia Nacional de Abastecimento do Maranhão
CONAD	Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento
CPR Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
Dest	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN	Decisão Normativa
DIAFI	Diretoria Administrativa, Financeira e Fiscalização
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEARM	Gerência de Armazenagem
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEMOV	Gerência de Movimentação de Estoques
GEOSE	Gerência de Operações e Suporte Estratégico
Geple	Gerência de Planejamento Estratégico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOA	Lei Orçamentaria Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOC	Manual de Operações da Conab
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MF	Ministério da Fazenda
MOC	Manual de Operações da Conab
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MIQCB	Movimento Interestadua das Quebradeiras de Coco Babaçu
NOC	Normas de Organização
ONG	Organização não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEC	Plano de Educação Corporativo
PEP	Prêmio de Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos ao Extrativismo
PLE	Preço de Liberação dos Estoques Públicos
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRORE	Procuradoria Regional
RG	Relatório de Gestão
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEADE/MA	Setor de Administração, Desenvolvimento e Recursos Humanos do Maranhão
SECOF/MA	Setor Contábil do Maranhão
SEGEO/MA	Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta do Maranhão
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização
Seopi	Setor de Operações de Programas e Sociais de Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAGRO	Sistema de Informações do Agronegócio
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIGABRASIL	Sistema de Informações Geográficas do Agricultura Brasileira
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SUARM	Superintendência de Armazenagem
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUGEP	Superintendência de Gestão de Pessoas
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUMOC	Superintendência de Modernização
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG-MA	Superintendência Regional do Maranhão
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade Armazenadora
UA/Imperatriz	Unidade Armazenadora de Imperatriz
UA/Itaqui	Unidade Armazenadora do Porto do Itaqui
UA/São Luís	Unidade Armazenadora de São Luís
UG	Unidade de Gestão
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP	Valro de Escoamento do Produto

### Lista de Quadros

Quadro	Descrição	Página
1	Contratos de bens e serviços administrativos da Sureg-MA	20
2	Principais concorrentes em prestação de serviços de armazenagem	22
3	Serviços que geram receitas próprias na UJ	22
4	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	26
5	Dez maiores operações na CPR-Doação	27
6	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	31
7	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	31
8	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	33
9	Resultado dos Serviços de Armazenagem	34
10	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	35
11	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	36
12	Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras	37
13	Plano de Investimentos para Certificação das UAs	38
14	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	39
15	Demonstrativo das Remoções Contratadas	41
16	Treinamento, por área de Conhecimento na Sureg-MA	47
17	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	48
18	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	48
19	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	49
20	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	49
21	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	50
22	Composição do Quadro de Estagiários	50
23	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	51
24	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
25	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	52
26	Ações orçamentárias da UJ	55
27	Ações de outros órgãos executados pela UJ	59
28	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	61
29	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	62

30	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	62
31	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	63
32	Descrição das Categorias	69
33	Balanço Patrimonial	73
34	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	75
35	Demonstração do Resultado do Exercício	76
36	Demonstração do Valor Adicionado	78
37	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	79

### Lista de Figuras

Figura	Descrição	Página
1	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Extrativistas x Preços Mínimos no ano de 2012 (em reais)	25
2	Evolução do PAA no Maranhão (2003-2012)	28

### Lista de Tabelas

Tabela	Descrição	Página
1	Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012	68

### Lista de Gráficos

Gráfico	Descrição	Página
1	Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012	68
2	Quantidade de Recomendações por Tipo	70
3	Quantidade de Recomendações por Categoria	70
4	Recomendações por Subcategoria	71

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Maranhão, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012, da atuação adotada e as atividades desenvolvidas, bem como os resultados atingidos.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18.01.2012, onde a Conab/MA atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab, e está estruturado em cinco seções, quais sejam: Introdução, Informações Básicas (capítulo 1), Desenvolvimento do RG (capítulos 2 a 11), Resultados e Conclusões (capítulo 12) e Anexos.

Como realizações do ano de 2012, podemos citar um aumento nas demandas pelo Programa Vendas em Balcão e, principalmente, o grande acréscimo de projetos no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Regional para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da reposição insuficiente (não realização de concurso público), a alta média de idade do corpo funcional da UJ, enquadramento organizacional inadequado da Regional (Sureg Tipo II) para a atual realidade do estado, além dos limites de contenções orçamentárias para as despesas da UJ, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens e os subitens requeridos pela DN TCU 119, Parte C do Anexo II, e pelo art 4º da Decisão Normativa n.º 121/2012 que não se aplicam à realidade da unidade ou que apesar de se aplicarem à natureza da unidade não houve ocorrência no exercício de referência:

Se aplica mas não houve ocorrência na UJ		
Itens da DN 119	Descrição	Justificativa
Subitem 3.2	Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF, Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra) e dos Contratos de Opção de Venda	Não há conteúdo a ser declarado, pois não houve demanda para tais instrumentos na UJ.
Subitem 4.2	Valor para Escoamento do Produto – VEP, Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP	Não há conteúdo a ser declarado, pois não houve demanda para tais instrumentos na UJ.
Item 5	Articulação e Organização do Abastecimento	Não há conteúdo a declarar, as informações do PROHORT são centralizadas na Matriz.
Subitem 6.2	Leilões de Terceiros	Não há conteúdo a declarar, pois conforme organograma da empresa, esta modalidade é centralizada na Matriz.
Subitem 6.3	Classificação de Produtos Agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado, pois não houve demanda para a realização de tal serviço na UJ.
Item 10	Geração e Difusão de Informações	Não há conteúdo a declarar, pois conforme organograma da empresa, as informações do SIGABRASIL são centralizadas na Matriz, na área de geotecnologia.
Subitem 11.5	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	Não se aplica a natureza jurídica da UJ
Subitem 12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não há conteúdo a declarar pela UJ
Subitem 12.4	Informação sobre as Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	Não há conteúdo a declarar, visto que a UJ não firmou nenhum dos instrumentos citados no subitem com outros órgão e/ou instituição. A Regional só está executando atividades e ações de tais instrumentos firmados diretamente pela Matriz com outros órgãos e ministérios.
Subitem 13.2	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdão do TCU ou em relatórios de auditoria	Não houve ocorrência na Regional de nenhuma deliberação exarada em acórdãos do TCU ou de órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se

	do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento	vincula.
--	--	----------

Não se aplica a UJ		
item da DN 119	Descrição	Justificativa
Subitem 1.1	Nome do auditor independente, Governança Corporativa; membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada; Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento; Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Auditor interno e Ouvidor	Conforme Regimento Interno, Governança Corporativa e os cargos descritos ao lado só se encontram no organograma da Matriz, não se aplicando a estrutura das Regionais. Também não se aplica as Regionais Auditor Independente pois toda a contabilidade da Conab é centralizada na Matriz.
Subitem 4.2	Venda em Leilão Público	Não se aplica a UJ, visto que os leilões são centralizados na Matriz
Subitem 6.2	Serviços de leilões de terceiros	Não se aplica a UJ, visto que os leilões são centralizados na Matriz
Subitem 12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Não se aplica a UJ pois, conforme regimento Interno a composição dos investimentos é centralizada na Matriz, logo tal informação será apresentado somente no RG da Conab-Matriz.
Subitem 12.8	Parecer da Auditoria Independente	A contabilidade da Companhia é centralizada na Matriz, logo este tipo de auditoria ocorre somente na Conab-Brasilia e será apresentado apenas no RG da Matriz.

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Superintendência Regional Maranhão			
Denominação abreviada: Conab/Sureg/MA			
Código SIORG: 087065	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 135170
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		CNPJ: 26.461.699/0101-43	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(98) 2109 – 1302	(98) 2109 – 1300	(98) 2109 – 1350
Endereço Eletrônico: ma.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Jerônimo de Albuquerque, Edifício Nena Cardoso, nº 06 - Vinhais			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto n.º 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab no Estado do Maranhão, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 38.ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/04/1994.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas			
<b>Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Estatuto Social, Código de Ética da Conab, Regimento Interno 10.104, Regulamentos de Pessoal, Manual de Operações da Conab – MOC e Normas de Organização – NOC's			
Descrição e Composição da Estrutura da UJ			
A <b>Superintendência Regional do Maranhão</b> , classificada com Sureg Tipo II, é composta por unidades administrativas e operacionais e tem sua estrutura regulamentada no Regimento Interno 10.104, de 19.12.2012. Para visualizar o organograma da Sureg-MA acesse o link: <a href="http://www.conab.gov.br/conab-superintendenciasRegionais-interna.php?uf=MA">http://www.conab.gov.br/conab-superintendenciasRegionais-interna.php?uf=MA</a> . Segue abaixo a composição estrutural da UJ:			
<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Superintendência Regional – Sureg:</b> É o dirigente máximo da UJ. Subordinada hierarquicamente à Presidência da empresa, e funcionalmente às respectivas Diretorias, a Superintendência Regional tem como principais incumbências representar a Companhia perante outros órgãos e coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;</li> <li><b>Assistente:</b> Cargo de <i>staff</i> ligado diretamente a Superintendência;</li> <li><b>Procuradoria Regional – Prore:</b> Subordinada hierarquicamente à Sureg e tecnicamente a Procuraria-Geral (Matriz) e tem como competência principal propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Conab e acompanhar as ações em que a Conab-MA seja parte;</li> </ol>			

**4. Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – Geose:** Subordinado à Superintendência e tem como competências promover, por intermédio de seus setores, Seopi e Segeo, o desenvolvimento empresarial, o apoio à logística e gestão da oferta, as operações de estoques e comerciais e os programas institucionais e sócias de abastecimento. Tem como setores subordinados: o **Setor de Operações de Programas e Sociais de Abastecimento – Seopi** e o **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo**;

**5. Gerência de Finanças e Administração – Gefad:** Subordinado à Superintendência e tem como competências promover, por intermédio de seus setores, Seade e Secof, a execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira e a administração dos recursos humanos, material, patrimônio, seguro, desenvolvimento e modernização administrativa. Tem como setores subordinados: **O Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade** e o **Setor Contábil e Financeiro - Secof**;

**6. Unidades Armazenadoras:** Subordinadas hierarquicamente a Superintendência e funcionalmente às Gerências. A elas compete receber, classificar, conferir, processar, conservar e expedir produtos armazenados pela Conab-MA.

#### Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis

##### Superintendência Regional da Conab do Maranhão

Superintendente: Francisco de Assis Farage Fonseca (06/06/2011 a 25/04/2012)

Superintendente: Margareth de Cassia Oliveira Aquino (a partir de 25/04/2012)

##### Gerentes de Área

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE

Gerente: Rogério Prazeres da Silva (20/06/2011 a 06/06/2012)

Gerente: Francisco José Cysne Aderaldo (a partir de 06/06/2012)

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

Gerente: José Carlos Freitas Rocha (13/06/2011 a 02/04/2012)

Gerente: Genilde Miranda de Paiva (a partir de 02/04/2012)

##### Gerentes das Unidades Armazenadoras

UA/ITAQUI

Gerente: Manoel da Vera Cruz Reis Silva Filho (01/07/2008 a 20/06/2011)

Gerente: José Carlos Ferreira Santos (a partir de 20/06/2011)

UA/SÃO LUIS

Gerente: José Cutrim Filho (a partir de 07/07/2003)

UA/IMPERATRIZ

Gerente: Airton Santos de Azevedo (01/02/2007 a 11/05/2012)

Gerente: Evaldo Lopes de Araújo (a partir de 11/05/2012)

#### Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

##### Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
135170	Sede Sureg Maranhão
135171	Unidade de Estoque Estratégico Maranhão
135172	Núcleo Estoque Regulador PGPM Maranhão
135173	Unidade Armazenadora de Itaqui
135174	Unidade Armazenadora de Imperatriz
135429	Mercado de Opção Maranhão
135460	Unidade Armazenadora de São Luís
135550	Unidade Conab PAA Maranhão
135569	Unidade Armazenadora de Balsas

##### Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
135170	22211
135171	22211
135172	22211
135173	22211
135174	22211
135429	22211
135460	22211
135550	22211
135569	22211

## **1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos**

### **1.2.1 – Planejamento Estratégico**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi

proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conab, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

### **1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos**

Os mapeamentos dos macroprocessos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso e de seus relacionamentos entre o público-alvo dos produtos e serviços da Companhia.

Seguindo a mesma linha do Planejamento Estratégico, a concepção, o acompanhamento e controle ficam a cargo da Matriz da Conab, cabendo as Superintendências Regionais a execução dos macroprocessos.

Devido ao aumento de ações e atividades da empresa com um todo, observamos como extremamente necessário que os macroprocessos da Companhia passem, imediatamente, por uma revisão, visto que estes foram concebidos em 2004 e não foram mais atualizados.

#### **Macroprocesso de Sustentação da Renda**

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor.

Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola estadual para melhor subsidiar as intervenções.

Para tanto, foram utilizados no Estado as subvenções voltadas aos produtores de Cana-de-açúcar e aos extrativistas (PGPM-Bio) e, principalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

O principal público-alvo deste macroprocesso são os produtores rurais e suas associações e cooperativas.

#### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica (VEP ou PEP), objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

No exercício anterior, a Conab/MA desempenhou neste macroprocesso, apenas ações ligadas ao Programa Vendas em Balcão e Vendas em Balcão Especial, voltado aos pequenos criadores do estado.

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP.

No ano de 2012, não houve ocorrência na Conab-MA de nenhuma das atividade ou ações relacionada a este macroprocesso.

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos.

A Sureg/MA não teve, em 2012, nenhum tipo de parceria firmada com outros órgãos. Nossas demandas neste macroprocesso limitaram-se a atender (no âmbito de nossa jurisdição estadual e conforme demanda enviada da Matriz) as parcerias firmadas entre a Conab Nacional com outros ministérios ou órgãos.

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Neste macroprocesso, a Regional do Maranhão atuou somente na prestação de serviços de armazenagem, através de suas Unidades Armazenadoras localizadas no Porto do Itaqui e em Imperatriz. A UA/São Luís não presta serviços de armazenagem, esta estoca somente produtos dos estoques públicos.

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab.

Em 2012, os estoques públicos ficaram depositados nas Unidades Armazenadoras da Conab-MA, não sendo necessário armazenar estoques públicos em armazéns de terceiros.

## **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

A Conab/MA participou deste macroprocesso, em 2012, principalmente através dos levantamentos de safra de grãos e de cana-de-açúcar, informações sobre os Programas de Subvenção e da confecção de conjunturas agropecuárias.

### **1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo

da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

#### Comportamento do mercado agrícola

Por estar localizado entre as regiões amazônica e nordeste, e também pela extensão no sentido norte-sul, o estado do Maranhão apresenta diferenças climáticas e pluviométricas.

A oeste domina o clima tropical quente e úmido, típico da região amazônica. As secas são reduzidas, prevalecendo as chuvas que ocorrem em níveis elevados praticamente durante todo o ano, superando 2.000mm/ano.

O restante do estado é marcado por clima tropical quente e semi-úmido, com as chuvas ocorrendo durante o verão sendo o inverno seco. As chuvas nesta porção são reduzidas a 1.250mm/ano, e menos ainda a sudeste, com os seus mil milímetros anuais.

As temperaturas em todo o Maranhão são elevadas, com médias anuais superiores a 24°C; ao norte chega a atingir 26°C.

Destoando dessa situação, o ano de 2012 foi marcado por uma atipicidade climática, advinda, principalmente, da irregularidade das condições pluviométricas durante o ciclo evolutivo das principais culturas exploradas no estado, com ênfase às gramíneas (arroz e milho), leguminosa (feijão) e oleaginosa (soja).

No ano de 2012, não choveu nem a metade do esperado e o reflexo pôde ser percebido nas altas temperaturas que assolaram todo o estado.

Nesse contexto, apenas o algodão, plantado no extremo sul do Maranhão, não apresentou perdas representativas, diagnosticando-se, apenas, um pequeno atraso no tempo de colheita, que estendeu-se até meados de setembro.

Quantificando as perdas, pode-se aferir que as mesmas ficaram em torno de 40% para a cultura de arroz de sequeiro, 20% para o feijão 1ª e 2ª safras e 27% para o milho 1ª safra. A soja foi pouco afetada em sua produção.

No monitoramento das culturas, foi aferido, também, o crescente declínio na área plantada de arroz de sequeiro, motivado, dentre outros fatores, pelo manejo da cultura, principalmente nos estádios que vão da germinação à frutificação, período de maior necessidade de coeficientes hídricos para uma boa performance da gramínea.

Em paralelo ao arroz, a cultura do feijão macaçar apresentou os mesmos entraves, não obstante ser um cultivo de subsistência e explorada em menor escala.

Como reflexo dessa irregularidade da estação chuvosa, os níveis de água verificados em açudes, rios e barragens mostraram-se bem aquém de suas respectivas capacidades, o que contribuiu, negativamente, com baixo suprimento hídrico para as principais atividades voltadas à agropecuária como um todo.

A comercialização dos principais produtos agrícolas produzidos no Maranhão apresentaram diversificação nas suas formas de transação comercial.

A cultura do feijão foi explorada de maneira geral como doméstica, isto é, estava voltada como típica cultura de subsistência, com pouco excedente que foi vendido em feiras livres e/ou mercados públicos, com grande incidência do feijão verde.

A cultura da soja com grande ganho de produtividade, se sobressaiu como uma *commodity* revestida de alta tecnologia no manejo e com mercado assegurado, tendo sido a sua maior parte comercializada antecipadamente pelas trades, que além de financiarem significativa parte da produção, garantiram a sua comercialização. Os grãos foram prioritariamente transacionados para o mercado externo, com menor parte da produção ficando no mercado interno. A produção de soja foi

totalmente comercializada.

A cultura do arroz se caracteriza como plantio do “toco” (agricultura familiar) e de alta tecnologia (pelos grandes produtores). A produção do “toco” foi dirigida para consumo próprio e para comercialização, geralmente no mercado interno dos próprios municípios produtores. Em alguns casos, quando os grãos apresentaram melhor qualidade, empresas de outros estados, como Ceará, Goiás, etc. adquiriram parte dessa produção. Caso especial trata de plantio em várzea, quando empresas locais, além de fornecer sementes aos pequenos produtores, garantiram contrato antecipado de compra do produto, em seguida beneficiaram o mesmo em usinas, empacotaram e lançaram no mercado interno atacadista. A produção de alta tecnologia foi comercializada na quase totalidade para fora do estado.

A cultura do milho está avançando no plantio mecanizado na região sul, sendo toda sua colheita comercializada para outros estados. Quanto a outras regiões que são predominantemente de plantio consorciado, a comercialização foi dirigida nos próprios municípios e outra parte comercializada para outros estados, sendo que a oferta para o mercado interno não foi suficiente, considerando que o mercado externo oferece melhores preços.

### Preço de Grãos

**Arroz** - O produto teve os seus preços coletados em dez (10) municípios durante o ano em questão. A média dos preços variou, entre janeiro/dezembro, de R\$ 38,06 a R\$ 52,70, saca de 60kg. Observa-se, também que os preços só tiveram viés de alta nos meses de outubro (45,96/60Kg); novembro (54,42/60Kg) e dezembro (52,70/60Kg), período típico de entressafra. O coeficiente de variação foi de 0,13 ou 13% e sabendo por definição que o Coeficiente de Variação – CV mede a relação percentual entre o desvio padrão e a media, podemos inferir que a discrepância dos preços em relação a sua media foi de apenas 13% (considerada baixa).

**Feijão** - Iniciou o ano ao preço de R\$ 106,74 a saca de 60 Kg. Em seguida, fevereiro, o produto foi a R\$ 127,67; em março desceu a R\$ 118,50 e ficou todo o ano acima R\$ 106,00. Os preços ficaram altos todo 2012, porém com poucas discrepâncias entre os municípios pesquisados; haja vista o CV que foi de 6%.

A explicação para esse patamar alto e constante foi a baixa produção no Estado que reduziu a oferta interna a qual foi atenuada por importação de outros Estados. Dissemos atenuada porque a produção de feijão no Brasil, de uma maneira geral, vem diminuindo.

**Milho** – O preço do milho ficou praticamente estável durante todo ano: para uma média anual de R\$32,07/60 Kg, tivemos um DP de R\$ 2,72 (o menor dos quatro produtos pesquisados) e um CV de 8% (o segundo menor). Observar que, quanto menor for o CV, menor as discrepâncias entre os e maior a consistência dos mesmos, salvo os picos de entressafra do final do ano.

**Soja** – Preço médio estadual variando de JAN: R\$ 40,77/60 Kg a DEZ: R\$68,68/60 Kg, havendo mês e município cuja cotação atingiu a marca de R\$72,00/60 Kg.

A soja foi o produto que apresentou a maior variação de preços, a prova está no desvio padrão de R\$ 9,89 em relação a uma média de R\$ 52,93. Já o coeficiente de variação ficou em 19%, podendo, portanto, ser enquadrado como de média dispersão. Não esquecer que, quanto maior for o CV, maior a dispersão dos dados observados (neste caso, preços).

Condições climáticas externas puxaram o preços da soja para cima. Em 2012, os Estados Unidos tiveram a pior seca em 56 anos, com perdas na soja (15 milhões t) e milho (80 milhões t). Como aquele país responde por cerca de 35% da produção de soja do mundo, tal quebra de safra causou forte desequilíbrio na cadeia produtiva daquele grão, causando a alta do preço. Em agosto, a soja chegou a ser cotada em Bolsas a R\$ 85,12/60 kg, contra R\$ 65,05 pago ao produtor. Evidentemente só beneficiou aqueles que tinham soja disponível àquela altura do ano; coisa para cooperativas de grande porte (o que nós não temos na região de Balsas) ou multinacionais que

comercializam grãos (o que temos demais na região de Balsas).

### **Estratégia de atuação da empresa**

Não houve aquisição de produtos para formação de estoques no âmbito da Sureg/MA no exercício de 2012. Os estoques utilizados nos programas Sociais (Fome Zero e Venda em Balcão foram oriundos de outras Superintendências Regionais), tais como 10.215, 4 t de milho em grãos destinados ao Programa Venda em Balcão, oriundos de GO e MT.

A gestão desses estoques está condicionada ao período de armazenagem compatível a partir da disponibilização das demandas relacionadas ao público atendido, ou seja, cabe à Sureg manter os estoques vinculados aos programas sociais (venda em Balcão e Fome Zero), sob condições de guarda dentro dos parâmetros técnicos pertinentes a cada produto. A atividade fiscalizadora prevê a realização de verificação da formalização das operações de formação dos estoques públicos ou sistemática de guarda no período de armazenagem, no intuito de mensurar as condições quantitativas e qualitativas dos produtos e acompanhando as condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Realiza a fiscalização, também, o registro e a notificação das eventuais irregularidades constatadas, confrontadas estas com os parâmetros contratuais estabelecidos. São, também, inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários em relação à documentação pertinente no tocante aos regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos e verificar o cumprimento da operação contratada.

A fiscalização dos estoques é realizada dentro do Cronograma de Fiscalização definido pela Matriz por meio de sua área competente (Superintendência de Fiscalização – Sufis), que utiliza uma programação anual, devidamente coordenada e posta em prática pelo quadro de empregados habilitados para essa função técnica.

Cumpra observar, que nas Regionais os empregados habilitados na função de fiscal de estoques realizam atividades sob alçada das Sureg's, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, operacionalização do PAA etc. A Conab-MA detém em seu quadro 10 (dez) empregados habilitados à função.

Não houve remoção no âmbito interno desta regional, sendo que todas as remoções foram executadas em atendimento à demanda estimada para o estado, sendo oriundas de outros estados (Superintendências).

O Prohort não foi implantado no âmbito da Sureg/MA, já que a antiga Ceasa se transformou numa Cooperativa de atacadistas, não gerando, por conseguinte, condições propícias para implementação desse programa.

O Refap não apresentou desenvolvimento compatível à premissa de criação do Programa em 2012.

No momento, o Programa encontra-se em fase de renovação instrumental e de atuação por parte da Matriz, que deverá estabelecer novas diretrizes e metas para o ano de 2013.

### **Contratação de bens e serviços**

Os serviços contratados são classificados em Reserva Onerosa de Espaço, no caso da UA-Itaqui, que disponibiliza 03 (Três) células de 3.000 t, sendo que 2 células tem contrato com o Moinhos Cruzeiro do Sul e uma célula nas mesmas condições contratuais para o Grupo Camil Alimentos.

A contratação se dá por meio de contratos na modalidade de pagamento mensal utilizando-se a tabela de tarifas vigente da Conab.

Os contratos são submetidos à Matriz, que administra a concessão, ou não, da

disponibilização do espaço.

No caso da Unidade de Imperatriz, os contratos são formalizados diretamente com os produtores locais que dispõem da Unidade para processamento, secagem e armazenagem da produção, notadamente milho em grãos e arroz em casca.

A unidade de São Luís é voltada para atendimento aos programas Sociais, institucionais e de abastecimento, mais precisamente, o Programa Venda em Balcão e Fome Zero, este direcionado para distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, conforme Plano de Trabalho definido junto ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A unidade tem seu espaço físico totalmente disponibilizada para esses programas, que em sua atuação com fluxo normal já prevê a ocupação integral do espaço.

Utilizando-se a tarifa de armazenagem da Conab vigente para essa modalidade de serviços.

Os serviços essencialmente praticados pelas Unidades Armazenadoras são vinculados à manutenção desses em condições plenas de reposição ao contratante.

Quanto aos contratos de bens e serviços administrativos realizados em 2012 destacamos os contratos médicos para atender ao Sistema de Serviço a Saúde. Estes representam a maioria de nossos contratos administrativos e são firmados com clínicas, hospitais e médicos para a prestação de serviços de saúde a nossos colaboradores e seus dependentes.

Segue abaixo a relação dos contratos da Sureg-MA realizados em 2012.

**Quadro 1 – Contratos de bens e serviços administrativos da Sureg-MA**

Unidade Contratante							
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DO MARANHÃO							
UG/Gestão: 135170				CNPJ:26.461.699.0101-43			
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
					Início	Fim	
2011	3	O	15/2011	08.617.223/0001-04	01/04/12	31/03/13	P
2012	6	O	08/2012	05.060.367/0001-14	10/05/12	09/05/13	A
2012	7	O	01/2012	33.530.486/0001-29	01/02/12	31/01/13	A
2012	7	O	02/2012	71.208.516/0001-74	01/02/12	31/01/13	A
2009	7	O	14/2009	02.449.992/0001-64	18/08/12	17/08/13	P
2011	8	O	02/2011	03.992.944/0001-80	13/01/12	12/01/13	P
2011	8	O	30/2011	04.118.319/0001-77	16/08/11	15/08/12	E
2012	8	O	23/2012	41.490.285/0001-73	14/10/12	13/10/13	A
2011	8	O	01/2011	01.088.571/0001-92	06/01/12	05/01/13	E
2010	9	O	10/2010	02.629.676/0001-74	06/07/12	05/07/13	P
2012	12	O	14/2012	09.259.198/0001-05	02/07/12	01/07/13	A
2012	12	O	24/2012	10.251.429/0001-05	16/10/12	15/10/13	A
2012	12	O	12/2012	03.528.467/0001-05	25/06/12	24/06/13	A
2012	12	O	19/2012	04.628.975/0001-10	21/08/12	20/08/13	A
2012	12	O	07/2012	04.595.044/0001-62	30/03/12	29/03/13	E
2012	12	O	12/2012	06.539.711/0001-15	20/06/12	19/06/13	A
2012	12	O	04/2012	69.425.734/0002-08	10/02/12	09/02/13	E
2012	12	O	16/2012	61.600.839/0001-55	22/08/12	22/08/13	A
2011	12	O	16/2011	04.628.975/0001-10	04/05/11	03/05/12	E
2011	12	O	12/2011	11.584.525/0001-38	01/04/11	31/03/12	E
2010	12	O	19/2010	63.441.802/0001-57	29/11/11	30/11/12	P
2011	12	O	06/2011	41.478.868/0001-89	11/01/11	10/01/12	P
2010	12	O	20/2010	86.716.644/0001-04	01/12/11	02/12/12	P
2010	12	O	24/2010	05.633.961/0001-57	27/12/11	28/12/12	P
2010	12	O	17/2010	11.884.747/0001-76	29/11/11	30/11/13	P
2010	12	O	12/2010	07.517.893/0001-96	25/09/11	26/09/12	P
2010	12	O	04/2010	03.841.018/0001-04	09/03/12	10/03/13	P
2011	12	O	07/2011	10.445.344/0001-68	13/01/12	14/01/13	P
2012	12	O	10/2012	23.663.602/0001-24	28/04/12	29/04/13	P
2011	12	O	19/2011	01.565.585/0001-50	22/05/12	23/05/13	P
2011	12	O	09/2011	06.058.184/0001-27	09/02/12	10/02/13	P
2011	12	O	08/2011	06.394.902/0001-36	09/02/12	10/02/13	P
2011	12	O	36/2011	07.533.543/0001-13	15/11/11	16/11/12	P
2011	12	O	11/2011	05.292.982/0001-56	15/02/12	16/02/13	P
2011	12	O	05/2011	11.006.293/0001-30	22/03/12	23/03/13	P
2011	12	O	10/2011	11.773.561/0001-40	24/03/12	25/03/13	P
2011	12	O	04/2011	03.044.631/0001-09	30/03/12	31/03/13	P
2011	12	O	15/2011	63.408.348/0001-32	30/03/12	31/03/13	P
2011	12	O	14/2011	05.121.037/0001-91	30/03/12	31/03/13	P
2011	12	O	03/2011	07.533.543/0001-13	27/02/12	28/02/13	P
2011	12	O	35/2011	12.632.034/0001-88	20/10/11	21/10/12	P
2011	12	O	28/2011	03.993.076/0001-53	28/07/11	29/07/12	P
2011	12	O	33/2011	10.338.960/0001-10	20/10/11	21/10/12	P
2012	12	O	18/2012	35.126.333/0001-46	30/07/12	31/07/13	P
2011	12	O	26/2011	35.124.726/0001-10	14/07/11	15/07/12	P
2011	12	O	37/2011	04.732.381/0001-54	26/12/11	27/12/12	P
2012	12	O	05/2012	00.883.593/0001-81	27/02/12	28/02/13	P
2012	12	O	09/2012	04.320.605/0001-10	29/03/12	30/13/13	P
2012	12	O	13/2012	00.819.576/0001-85	25/07/12	26/07/13	P
2012	12	O	22/2012	02.621.559/0001-64	09/10/12	10/10/13	P
2012	12	O	21/2012	04.841.578/0001-21	18/09/12	19/09/13	P
2010	12	O	18/2010	35.181.726/0001-52	29/11/11	30/11/12	P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Seade-MA

## **Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios**

No transcorrer das atividades desempenhadas em 2012, constatou-se, de forma inequívoca que fatores preponderantes potencializam o risco de fluidez das atividades finalísticas delegadas à Superintendência, essencialmente, estrutura física e recursos humanos, estão se agravando.

No caso da estrutura física está sendo sanada em termos de gestão administrativa, com a aquisição da nova sede regional, passando, dessa forma a dispor de uma estrutura física adequada à funcionalidade administrativa da Companhia no estado a partir do segundo semestre de 2013.

No entanto, o quadro pessoal carece de suplementação. Foi encaminhado à Matriz um estudo demonstrando a necessidade da readequação da Superintendência do Maranhão para SUREG Tipo I, equiparando-as às Superintendências Regionais do Ceará, Pernambuco e, Bahia (no âmbito nordestino) e que dispõem de uma estrutura organizacional administrativa mais abrangente e mais adequada em termos de funcionalidade do organograma administrativo.

Em termos de estrutura operacional, providências importantes foram adotadas, como a conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA da readequação da Unidade de Itaqui, bem como de uma nova Unidade em Balsas (autorizado EVTEA), além de providências já adotadas para reforma nas unidades de São Luís e Imperatriz.

A reposição do quadro de pessoal é por demais pertinente, haja vista o índice médio de idade dos empregados ser bastante elevado, com tendência de afastamento de muitos empregados nos próximos 03 (três) anos.

## **2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios**

### **Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização**

A demanda por armazenagem tem se mostrado acentuada notadamente em relação à Unidade de Itaqui, em decorrência de sua localização estratégica. No entanto, essa demanda já contabiliza uma carência de espaço em termos gerais, já que aquela Unidade dispõe de um espaço com necessidade de ampliação urgente. Neste caso, já foi realizado o Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental -EVTEA que prevê a ampliação da capacidade de armazenagem para 115.000 t.

No caso da Unidade de Imperatriz, a demanda é oriunda dos produtores daquele município e região circunvizinha, mais especificamente produtores de milho em grãos e arroz. Esses agricultores são classificados, sobretudo, como pequenos e médios produtores.

A periodicidade da armazenagem na UA-Imperatriz fica condicionada à produção regional, basicamente, nos meses de março a julho, sendo que parte dos produtores comercializa nesse período, concomitantemente, e outros aguardam a melhoria dos preços a ocorrer eventualmente na entressafra. Portanto, cumpre um papel relevante a atuação da Unidade, já que dispõe ao produtor médio e pequeno a opção de aguardar um melhor preço para sustentação da renda.

Os mecanismos relacionados à aquisição de produtos para formação de estoques, subvenções e PEP-PEPRO não foram executadas em 2012 no âmbito da Sureg/MA.

Os estoques utilizados nos Programas Sociais foram removidos de outras regiões produtoras, principalmente da região Centro-Oeste.

## Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

### a) Armazenagem

**Quadro 2 – Principais concorrentes em prestação de serviços de armazenagem**

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
SLC AGRICOLA S.A.	89096457001631	84.245
ABCINCO-ABC IND E COM S/A	17835042002270	78.119
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101022405	76.467
FAZ PARNAIBA SA	12147930000151	64.813
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33592510037821	62.656
FAZENDA NORTON LTDA	04440451000109	60.917
MULTIGRAIN S/A	06963088001871	58.408
CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706012830	56.002
ABC INCO - ABC INDUSTRIA E COMERCIO S/A	17835042003160	51.309
ABCINCO-ABC IND E COM S/A	17835042002350	49.398

Fonte: Conab/Geple

### b) Comercialização

No ramo de comercialização de grãos destacam-se as multinacionais, também chamadas Trades, como Bunge, Cargill e ABCInco, além de outras como SLC Agrícola e Multigran S/A.

### c) Classificação

Já no segmento de prestação de serviços de classificação de grãos destacamos a Clavece e a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (autarquia estadual).

**Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)**

**Quadro 3 – Serviços que geram receitas próprias na UJ**

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	1.166.091,88	100,00
Leilão de Terceiros (público)	0,00	0,00
Leilão de Terceiros (privado)	0,00	0,00
Classificação de Produtos	0,00	0,00
<b>Total de Serviços</b>	<b>1.166.091,88</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

Na Regional do Maranhão, temo como serviços que geraram receitas somente a armazenagem de produtos agrícolas. Tal fato deve-se que os leilões de terceiros serem centralizados na Matriz e pela falta de demanda pelos serviços de classificação. Ressaltamos que as receitas citadas no quadro 1 não geram receitas próprias, visto que são recursos do tesouro.

**Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações**

**a) Principais clientes do setor público – armazenagem**

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade movimentada (t)</b>	<b>Valor movimentado (R\$)</b>
26461699035480	Conab/Mercado de Opções	Embalagens e milho	19.253.477	11.245.652,52
26461699022311	Conab/PGPM	Embalagens, feijão e milho	4.445.356	2.686.290,21
26461699045362	Conab/PAA	Açúcar, arroz, embalagens, farinhas, feijão, laticínios e milho	1.744.130	3.317.360,14
26461699024870	Conab/Estratégico	Açúcar, arroz, farinhas, feijão e óleos vegetais	1.420.855	3.507.647,01

**b) Principais clientes do setor privado – armazenagem**

<b>CGC</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade movimentada (t)</b>	<b>Valor movimentado (R\$)</b>
88301155002314	Moinhos Cruzeiro do Sul S/A.	trigo	58.795.150	34.976.740,92
64904295002742	CAMIL ALIMENTOS S/A	Arroz beneficiado	13.923.820	12.742.815,36
26651646000980	CDA - COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA	Arroz beneficiado	1.402.980	1.198.155,58

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei nº 79/1966), utilizando como parâmetros para suas ações e/ou intervenções os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio dos diversos instrumentos de comercialização, sendo que no exercício anterior houve ocorrência, apenas, da Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas – PGPM-Bio. Esta modalidade tem como público-alvo os produtores extrativistas.

#### Intervenções Realizadas em 2012

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos. Destes tradicionalmente e em todo o país, a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento. Em 2012, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Superintendência do Maranhão pagou bônus de subvenção aos extrativistas que comercializaram o produto amêndoa de babaçu.

#### Amêndoa de Babaçu

A importância do coco babaçu para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego, proporcionando divisas para diversos estados. Da palmeira de babaçu o principal produto é o coco, sendo que deste são extraídos a amêndoa de babaçu (produto da pauta da PGPM), óleos, mesocarpo e o carvão vegetal.

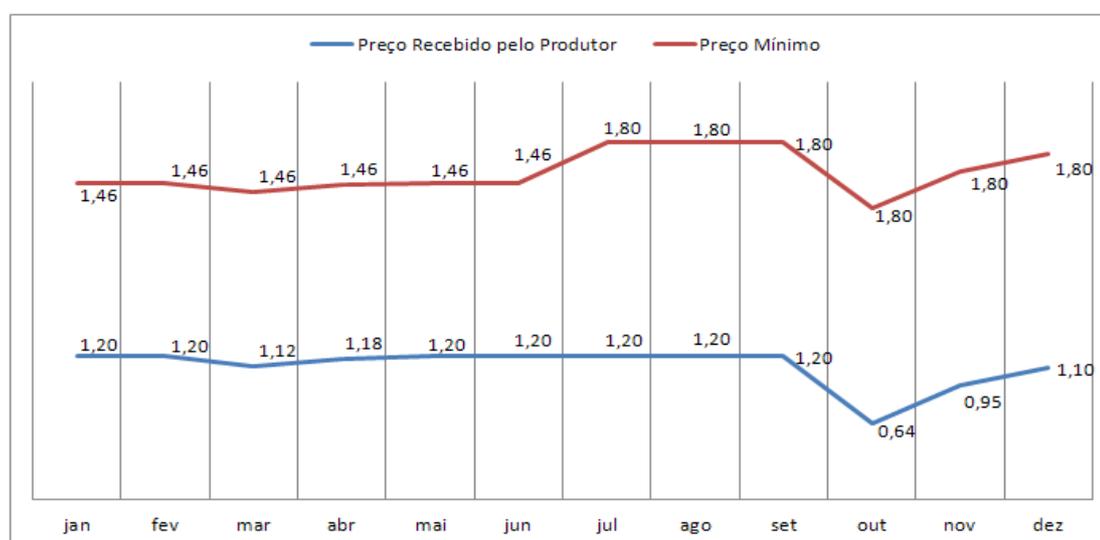
No Maranhão, maior produtor no Brasil desta cultura com 96.160 toneladas, que equivale a 93% da produção nacional colhida em 2011 (SIDRA IBGE 2011), a palmeira de babaçu se estende por 148 municípios maranhenses. Na cultura do babaçu predomina a mão de obra familiar, perfazendo uma população de aproximadamente 200 mil pessoas (dados do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB) que vivem, direta ou indiretamente, em estreita relação com a palmácea.

Apesar de sua importância, o desempenho dessa cultura no Estado vem sofrendo, nos últimos anos, declínio na área plantada e na produtividade, sendo os principais fatores responsáveis por este declínio ligados diretamente ao baixo valor pago pelo coco e pelos seus subprodutos, ao alto custo de produção, à falta de máquinas modernas para a quebra do coco, à distância entre as zonas de coleta do produto e a de “quebra do coco”, a penosidade e insalubridade do trabalho de quebrar coco e a alta média de idade entre as “quebradeiras”.

Mesmo diante destas dificuldades, é preciso entender que o babaçu continua sendo uma das principais opções econômicas para a população da zona rural do Maranhão. Por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico.

Como maior produtor nacional de babaçu, o preço deste produto tende a ficar, praticamente o ano todo, em patamares baixíssimos nos municípios do Maranhão, sempre se posicionando abaixo do preço mínimo estabelecido para a amêndoa de babaçu, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura 1 - Evolução dos Preços Recebidos Pelos Extrativistas x Preços Mínimos no ano de 2012 (em reais)**



Fonte: SEGEO-MA/SIAGRO

## 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

### 3.2.1. Outras Subvenções do Governo Federal

A utilização dos instrumentos de subvenção tem como principal objetivo garantir a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pelas flutuações dos preços agrícolas.

#### 3.2.1.1 – Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas (PGPM-Bio)

Para assegurar que os extrativistas que comercializam a amêndoa de babaçu não tenham sua renda diminuída ao vender seu produto abaixo do preço mínimo estabelecido, a Conab (através da PGPM-Bio) concede subvenção econômica diretamente aos extrativistas ou a suas associações/cooperativas.

Em meados de 2012 foram pagos a **1.457** extrativistas maranhenses o valor de **R\$ 772.047,22**, referente à comercialização de **1.341,5** toneladas de amêndoa de babaçu. Estas quebradeiras acessaram o programa **6.560** vezes no ano de 2012.

Os pagamentos dos prêmios de subvenção da PGPM-Bio são todos realizados na nossa Matriz em Brasília.

#### 3.2.1.2 – Subvenção Econômica aos Produtores Independentes de Cana-de-açúcar

Foi estabelecido, extraordinariamente, para a safra 2010/2011, o pagamento da subvenção econômica diretamente aos produtores rurais independentes de cana-de-açúcar, cultivada nas áreas

de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Tal subvenção foi liberada conforme o disposto no artigo 6º, da Lei n.º 12.666, de 14 de junho de 2012 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 777, de 21 de agosto de 2012.

A subvenção foi estipulada no valor fixo de R\$ 5,00 (cinco reais) por tonelada de cana-de-açúcar, sendo limitado a dez mil toneladas de cana-de-açúcar por produtor.

No Estado do Maranhão foram beneficiados nesta operação **11** produtores, totalizando **R\$ 200.804,75** de subvenção para **40,161** toneladas de cana comercializadas.

Os pagamentos dos prêmios de subvenção são todos realizados na nossa Matriz em Brasília.

### 3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

No estado do Maranhão foi executado, em 2012, apenas a modalidade Compra com Doação Simultânea.

**Quadro 4 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	56	diversos	5.524	7.483.343	25.387.476,96
<b>Subtotal</b>	<b>56</b>	-	<b>5.524</b>	<b>7.483.343</b>	<b>25.387.476,96</b>
MDA	-	-	-	0	0,00
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>0</b>	-
<b>Total</b>	<b>56</b>	-	<b>5.524</b>	<b>7.483.343</b>	<b>25.387.476,96</b>

Fonte: Dipai/Supaf

Com a execução do PAA a Conab tem atuado junto ao mercado produtor, garantido que o agricultor familiar disponha de um mecanismo que garanta, de certa forma, a sustentabilidade produtiva, já que parte da produção tem assegurada sua comercialização pelo mercado institucional. Nessas condições, preços irrisórios, comumente praticados pelos comerciantes comumente chamados de “atravessadores”, são atenuados pela presença do estado.

Fatores que podem comprometer uma maior expansão do programa, bem como de melhores resultados por parte dos agricultores familiares relaciona-se à falta de assistência técnica, que sido sanda, na maior parte das vezes, pela conhecimento empírico dos agricultores.

O PAA tem se revestido como um dos principais programas sociais geradores de renda e atenuantes da situação de insegurança alimentar e nutricional que assolam significativa parcela da população brasileira, notadamente, nas regiões historicamente excluídas do processo de avanço econômico do país, na qual se insere o nordeste brasileiro e especificamente, no caso em análise, o Maranhão.

O Programa, de largo alcance social, busca fomentar as condições necessárias para manutenção do homem no campo, assegurando, de forma oportuna, a garantia de um mercado institucional que supra parte da renda necessária a sua sobrevivência e continuidade da prática produtiva agrícola.

Os produtos adquiridos junto a esse público produtor são destinados a suprir a carência nutricional e alimentar de um grande contingente populacional localizado em municípios que em

sua maioria são detentores de índices e indicadores sociais alarmantes e que necessitam comprovadamente do suporte social proporcionado pelo Programa.

Nesse desiderato, os alimentos são direcionados para escolas, creches, asilos, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE's, hospitais e outros instrumentos de atendimento sócio nutricional que efetivamente atendem ao público almejado pelas diretrizes do Programa de forma incisiva.

Muito embora o Programa não gere receitas de forma direta, esta se estabelece quando se vislumbra o retorno social advindo de sua atuação. Diminuição da evasão escolar, geração de renda ao homem do campo, recuperação da agricultura familiar no estado, com todas as decorrências advindas dessa renda adicional em seus povoados, assentamentos, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, assentamentos da reforma agrária etc. Ou seja, um largo contingente populacional, anteriormente dissociado de políticas públicas específicas encontra-se hoje dentro do mecanismo produtivo e gerador de renda.

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA adquiriu 7.483.343 toneladas em diversos gêneros alimentícios. Estes produtos totalizaram R\$ 25.387.476,96.

#### Quadro 5 – Dez maiores operações na CPR-Doação

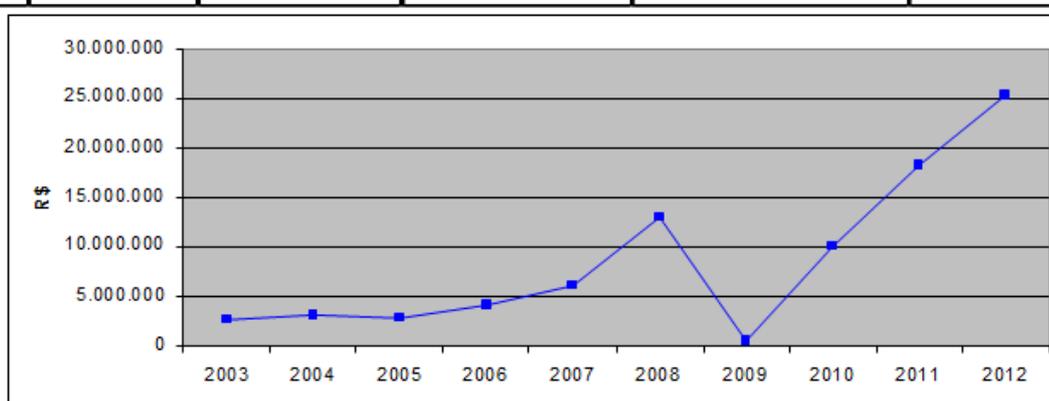
ORIGEM DO RECURSO	CNPJ	PROPONENTE	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDS	05.201.624/0001-90	ASSOCIAÇÃO DOS HORTICULTORES DA ÁREA DA INFRAERO DE IMPERATRIZ - MA	384.000,00
MDS	03.795.841/0001-20	UNIDADE INTEGRADA DE APOIO E FORMAÇÃO INFANTO JUVENIL	384.000,00
MDS	02.179.179/0001-11	ASSOCIAÇÃO CINTURÃO VERDE	384.000,00
MDS	00.693.899/0001-75	UNIAO DOS MORADORES DO POVOADO ITANS	379.200,00
MDS	00.516.281/0001-30	ASSOCIAÇÃO NOVA UNIÃO DOS PEQUENOS HORTIFRUTICULTORES DO SETOR INDUSTRIAL	379.199,70
MDS	12.568.408/0001-43	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO VALE DO RIO GRAJAU	360.000,00
MDS	13.389.343/0001-31	CLUBE DE MAES UNIDAS VENCEREMOS DO POVOADO ITANS	355.200,00
MDS	06.323.081/0001-47	ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA - AMA	326.400,00
MDS	09.084.414/0001-10	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DOS CAMPOS INUNDADOS DE SANTA RITA DO POVOADO CENTRINHO	324.000,00
MDS	08.823.539/0001-52	ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE FRANGOS E HORTIFRUTIGRANJEIROS DE AÇAILÂNDIA	315.000,00

Fonte: Dipai/Supaf

Figura 2 – Evolução do PAA no Maranhão (2003-2012)

**EVOLUÇÃO MA – PAA 2003 A 2012**

ANO	UF	Nº DE BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES	Nº. DE PROJETOS	QUANTIDADE (kg)	RECURSOS GASTOS COM AQUISIÇÃO (R\$)
2003	MA	1.288	0	3.377.649	2.600.789
2004	MA	1.357	1	5.693.381	3.074.426
2005	MA	1.395	4	3.339.564	2.781.675
2006	MA	1.580	28	5.141.329	4.041.026
2007	MA	1.899	40	2.980.338	6.074.329
2008	MA	3.863	96	4.788.196	12.961.957
2009	MA	255	4	171.057	532.000
2010	MA	2.292	63	4.543.668	10.078.880
2011	MA	4.148	99	7.464.590	18.331.690
2012	MA	5.524	130	7.483.343	25.387.477

**3.3. Principais indicadores de desempenho**

Abaixo, mostraremos os indicadores de desempenho de Sustentação de Renda. Para uma leitura mais rápida e objetiva dos indicadores constamos somente nome, objetivo e resultados dos últimos 3 anos.

1	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	7,70%	10,10%	11,50%
<b>Análise do Resultado:</b>				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	87,00%	84,00%	-
<b>Análise do Resultado:</b> A maioria dos participantes do PAA são agricultores de menor renda. Estes são o principal público-alvo do programa. Quanto ao ano de 2010 não temos os dados para mensurar o indicador.				
3	<b>Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	87,00%	85,00%	-
<b>Análise do Resultado:</b> Houve aumento dos recursos do Programa para atender aos produtores de menor renda em 2012 em comparação a 2011. Quanto ao ano de 2010 não temos como mensurar.				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	100%	100%	100%
<b>Análise do Resultado:</b> Para terem início, todos os projetos de PAA são submetidos a vistoria prévia.				
5	<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	25,80%	25,30%	11,50%
<b>Análise do Resultado:</b> O PAA está em processo de expansão no estado, fato percebido pelo aumento ocorrido no número de municípios participantes.				
6	<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	51,00%	41,00%	-
<b>Análise do Resultado:</b> A Regional tem como meta que 40% dos produtores participantes do PAA sejam mulheres. Logo a Conab-MA ficou dentro da meta nos anos de 2011 e 2012. Quanto ao ano de 2010 não tivemos como mensurar o percentual.				

Fonte: Geose-MA

## **4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

### **4.1. Análise das principais ações ligadas à venda**

#### **Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado**

A intervenção no mercado agrícola no estado do Maranhão por meio da Conab ocorreu pela operação de remoção de 10.215 t de milho em grãos oriundas da Região Centro-Oeste objetivando suprir a demanda desse produto junto aos pequenos criadores, já que parte da produção desse grãos no estado foi comprometida pela estiagem.

#### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

Apesar do aumento na produção de milho no Estado do Maranhão, esta ainda é deficitária para as necessidades do estado. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

### **4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção**

#### **4.2.1. Venda em Balcão**

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Em função da situação climática desfavorável à prosperidade da produção agrícola na região nordeste, foi editada a Portaria Interministerial nº 470, de 24 de maio de 2012, que estabeleceu os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, nos municípios amparados pela área de atuação da Sudene.

Essa subvenção destinou-se a avicultores, suinicultores, bovinocultores de leite e de corte, caprinocultores, ovinocultores e cooperativas de aves, suínos, bovinos de leite e de corte, caprinos e ovinos.

Por meio dessa Portaria, o Programa Venda em Balcão passou a operar com a identificação de Balcão Especial, face as peculiaridades do atendimento, que definiu condições especiais em relação à iniciativas emergenciais de amparo aos segmentos vitimados pela estiagem na área da Sudene..

Tais condições objetivavam proporcionar um atendimento equitativo às necessidades específicas de cada criador, democratizando, dessa forma, o acesso a esse estoque público.

Posteriormente, a Portaria 470 foi cancelada, sendo substituída pela Portaria Interministerial nº 601, de 29.06.2012, permanecendo as condições para atendimento aos cadastrados no Programa em conformidade com seu potencial de aquisição definido no Cadastro Técnico.

Na continuidade a Portaria Interministerial 601 foi alterada pela portaria Interministerial 1.171, com vigência até 31.05.2013.

**Quadro 6 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão**

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)
1	Brasil Sal Ind. E Com.	Milho em Grãos	97.000
2	Rações Reunidas	Milho em Grãos	87.000
3	Jose Alfredo F. Júnior	Milho em Grãos	85.300
4	Felipe Borges Bandeira	Milho em Grãos	84.000
5	Sandro Márcio T. Rodrigues	Milho em Grãos	58.700
6	Raimundo da Costa Sales	Milho em Grãos	51.000
7	Domingos Coelho de Sousa	Milho em Grãos	49.000
8	Maria Ferreira Brandão	Milho em Grãos	43.600
9	Jose Alcerte de Sousa	Milho em Grãos	37.920
10	Ellen Almeida Bontempo	Milho em Grãos	32.400
<b>Total</b>			<b>625.920</b>

Fonte: Dirab/Supab

**Resultado financeiro geral****Quadro 7 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Subvenção	PGPM-Bio	amêndoa de babaçu	1.341,5	772.047,22
	-	Cana-de-açúcar	40.161,0	200.804,75
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>41.502,4</b>	<b>972.851,97</b>
Venda	Venda em Balcão	Milho	6.854	2.721.839,74
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>6.854,0</b>	<b>2.721.839,74</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>-34.648,4</b>	<b>1.748.987,77</b>

Fonte: Supab/Sugof

O Programa Venda em Balcão apresentou um substancial crescimento decorrente do atendimento direcionado aos pequenos criadores do Nordeste por meio das Portarias Interministeriais N<sup>os</sup> 144, 424, 470, 601, 1.171, todas de 2012 e 103, de de 2013, que concederam subvenção econômica de milho em grãos dos estoques públicos às atividades produtivas de criadores de pequeno porte para os estados da região nordestina (área de abrangência da Sudene), Nessas condições, se infere que o programa não possa ser aferido, excluindo-se seu relevante atendimento social aos afetados pela situação climática, em termos de desempenho regular em relação a exercícios anteriores.

No entanto, os números demonstram que o aumento considerável dos clientes atendidos configura a relevância do atendimento proporcionado ao segmento assistido e submetido às adversidades da produção face à anomalia climática.

O Programa Venda em Balcão é essencialmente direcionado aos pequenos criadores em função de sua formulação e normatização.

Para o ano de 2013, a meta estabelecida é disponibilizar o Programa no maior número possível de municípios, atingindo a universalização do Programa no Maranhão da forma mais abrangente possível buscando dispor aos pequenos criadores condições proporcionadas pelos instrumentos de políticas públicas a esse segmento, propiciando condições para incremento da produção agropecuária por parte dos pequenos criadores, atingindo, inicialmente todas 21 microrregiões do estado, mesmo que em representação reduzida, inicialmente.

### **4.3. Principais indicadores de desempenho**

Explicamos que os indicadores para a Promoção do Abastecimento ainda estão em processo de validação pela Matriz em conjunto com as Regionais.

## 5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 5.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

**Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)**

#### Quadro 8 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Posição 31.12.2012

Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MILHO	1.262,2	559.551,55
TRIGO	8.934,5	5.746.781,91
<b>TOTAL SUREG MA</b>	<b>10.196,7</b>	<b>6.306.333</b>
<b>TOTAL DE ESTOQUE TERCEIROS</b>	<b>10.196,7</b>	<b>6.306.333</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

O custo de armazenagem do trigo é R\$ 1,87 / t, conforme tabela definida pela Matriz, o preço de milho em grãos alcança o valor de R\$1,87 o tempo médio de armazenagem por silo é de 40 dias, conforme sua rotatividade pelo contratante. Esse produto é operado/armazenado apenas pela Unidade de Itaqui. O produto trigo não é processado na Unidade da Conab, o serviço prestado se restringe à armazenagem.

#### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Os produtos armazenados nas Unidades Armazenadoras da Conab têm acompanhamento de manutenção quanto-qualitativa, quando se trata de grãos – já que cada Unidade dispõe de um Responsável Técnico em Agronomia - RTA, que é responsável pelo acompanhamento das condições dos estoques armazenados, além do gerente e armazenistas lotados nas UA's que, necessariamente, acompanham todas as operações em andamento.

**Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quadro 9 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

Discriminação	Valor	%
<b>Receita de Serviços</b>	<b>1.166.091,88</b>	-103,19
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(75.923,38)	6,72
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>1.090.168,50</b>	-96,47
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	0,00
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>1.090.168,50</b>	-96,47
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>(17.945.166,45)</b>	1.588,04
Despesas de Pessoal	(11.886.168,69)	1.051,85
Despesas Financeiras	-	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(6.058.997,76)	536,18
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>15.773.624,42</b>	-1.395,87
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(48.649,69)</b>	4,31
<b>Resultado</b>	<b>(1.130.023,22)</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

**5.2. Principais indicadores de desempenho**

Abaixo mostraremos o indicador de desempenho de Prestação de Serviços de Armazenagem. Para uma leitura mais rápida e objetiva dos indicadores constamos somente nome, objetivo e resultados dos últimos 3 anos.

Explicamos que os indicadores foram enviados pela Matriz e ainda estão em processo de validação, podendo no futuro, sofrer alterações.

1	<b>Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.	-	-	-
	<b>Análise do Resultado:</b> O indicador ainda está em processo de validação pela Matriz e a Regional e pode, futuramente, sofrer alterações.			
2	<b>Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém	-	-	-
	<b>Análise do Resultado:</b> Não houve reprocessamento de produtos nos últimos exercícios.			

Fonte: Geose-MA

## 6. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 6.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Pode-se afirmar que a Rede de armazéns da Regional, como um todo, encontra-se estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, portanto, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab-MA necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e e mecânicas).

### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

**Quadro 10 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

SUREG	UNIDADE ARMAZENADORA	Nº ARM.	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)				Média de Ocupação anual	% OCUPAÇÃO
			CONVENCIONAL	GRANEL	FRIGORIFICO	TOTAL		
SUREG-MA	IMPERATRIZ	5	6.900	34.000		40.900	3.166	7,74
	SÃO LUIS - TIRIRICAL	1	4.500			4.500	1.154	25,65
	SÃO LUIS - ITAQUI	2		18.000		18.000	7.764	43,13
<b>TOTAL SUREG-MA</b>		<b>8</b>	<b>11.400</b>	<b>52.000</b>	<b>0</b>	<b>63.400</b>	<b>12.084</b>	<b>19,06</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>							

Fonte: Suarm/Gearm/Sicarm

A partir da implantação da Terminal de Porto Franco, em função da safra produzida na região circunvizinha à Balsas ser direcionada para aquele terminal multimodal, a Rede Armazenadora da Conab localizada em Imperatriz sofreu a concorrência dessa nova opção de estrutura armazenadora. passando, então, a necessitar de novas atitudes empresariais voltadas à viabilização da ocupação do espaço em sua rede armazenadora.

O montante de ocupação em 2012, embora se vislumbre a princípio um percentual de ocupação passível de avanço, deve-se observar que tal situação poderá se reverter em 2013, haja vista a demanda acelerada por busca de espaço armazenador na região sul maranhense, decorrente, essencialmente, de dois fatores influentes: o breve funcionamento em Imperatriz de uma das maiores fábricas de celulose do mundo, com todo o seu parque industrial/comercial e de serviços que gravitará em torno do empreendimento e a expansão comercial da região sul maranhense como um todo.

O município de Açailândia, distante 80 km de Imperatriz apresenta perspectiva de crescimento produtivo, havendo por conseguinte possibilidade de recuperação da utilização armazenadora do espaço.

A readequação e modernização das Unidades será fator preponderante na retomada das medidas relacionadas ao soerguimento dos índices de ocupação.

### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

**Quadro 11 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
UA-SÃO LUÍS	ARROZ BENEFICIADO	X			116.730	216.872,67
UA-SÃO LUÍS	FEIJÃO COMUM		X		143.778	561.216,78
UA-SÃO LUÍS	MILHO EM GRÃOS				1.216.217	1.283.132,90
UA-IMPERATRIZ	MILHO EM GRÃOS				4.427.662	4.658.406,60
<b>Total</b>					<b>5.904.387</b>	<b>6.719.628,95</b>

Fonte: Seopi/ma

Os produtos armazenados nas Unidades Armazenadoras da Conab têm acompanhamento de manutenção quanto-qualitativa, quando se trata de grãos – já que cada Unidade dispõe de um Responsável Técnico em Agronomia - RTA, que é responsável pelo acompanhamento dos estoques armazenados, além do gerente e armazenistas lotados nas UA's que, necessariamente, acompanham todas as operações em andamento.

Cabe ressaltar, como destaque, o desenvolvimento do parque produtor de Balsas e entorno, que tem apresentado necessidade premente de uma maior rede armazenadora compatível à produção de grãos atual e em perspectiva.

A Conab já autorizou a realização do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental – EVTEA, para a construção de uma nova Unidade Armazenadora em Balsas com capacidade estimada em 90.000 t visando aumentar a capacidade estática de armazenagem da região, voltada aos pequenos e médios produtores que não dispõem de estrutura apoiante.

Como toda a Região Nordeste, fato já notório, políticas públicas anteriores optaram por privatizar e/ou alienar parte da rede armazenadora pública. Assim sendo, com o posterior desenvolvimento da produção agrícola em todo o país, um dos gargalos no desempenho logístico e estratégico para escoamento da produção é a falta de armazéns nas regiões produtoras ou integrantes da cadeia logística de escoamento. Afora a Unidade de Balsas, ora citada, a Conab no Maranhão elabora estudos no sentido de reabrir as Unidades de Bacabal, objetivando dispor aos pequenos criadores e produtores daquela região central do estado acesso aos programas sociais públicos, bem como de um sistema de armazenagem ao município e demais cidades circunvizinhas.

Por se tratar de um estado eminentemente voltado para a vocação agrícola e sistema de produção primário, se prevê a médio prazo a necessidade desses equipamentos voltados ao apoio produtivo agrícola.

### **Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001**

#### **a) Principais problemas**

A principal coletânea de problemas relacionados à situação dos armazéns em referência à Lei de Armazenagem vincula-se à melhoria e modernização de suas estruturas físicas. No intuito de sanar as deficiências de suas estruturas, estão sendo adotadas providências concernentes à modernização e/ou readequações quando necessárias.

#### **b) Demanda por manutenção**

A Regional realiza, junto aos gestores das Unidades Armazenadoras, levantamentos sistemáticos para o planejamento de serviços e obras de manutenção nos armazéns. Com isso a demanda torna-se preventiva e não meramente corretiva.

### c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

O Quadro abaixo discrimina os valores desembolsados para manutenção dos armazéns próprios da Regional, bem como o tipo de serviço ou obra realizada.

**Quadro 12 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
Sede Sureg	Aquisição de material elétrico, alvenaria, e cerâmica			3.741,00		3.741,00
UA São Luís						
UA Itaqui	Aquisição de equipamentos de proteção individual	6.751,00				6.751,00
UA São Luís	Aquisição de equipamentos de proteção individual					
UA Itaqui	Aquisição de 1 trator de médio porte c/ acoplamento de cortador de grama		5.998,00			5.998,00
	Aquisição equipamentos de proteção individual	2.989,40				2.989,40
	Aquisição de 1 balança eletrônica		2.560,59			2.560,59
	Pintura na parede externa da caixa d'água do sistema de prevenção de incêndio	7.545,31				7.545,31
	Serviços de aferição de balança	1.561,40				1.561,40
	Aquisição de 1 escada de fibra (12m)		1.828,00			1.828,00
	Serviço de construção e colocação de caixa coletora de águas pluviais, colocação de manilha e canos para drenagem	7.250,00				7.250,00
	Elaboração projeto básico p/ pintura	11.965,82				11.965,82
UA Imperatriz	Aquisição equipamentos de proteção individual	1.422,30				1.422,30
	Aquisição e montagem de central telefônica		2.696,00			2.696,00
	Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio	29.700,00				29.700,00
	Aquisição de 1 trator roçadeira				69.070,00	69.070,00
	Aquisição de 1 refrigerador doméstico		1.700,00			1.700,00
	Serviços de adequação do sistema elétrico			15.889,80		15.889,80
UA São Luís	Aquisição de 1 fogão e 1 geladeira		1.579,00			1.579,00
	Aquisição e montagem de central telefônica		1.001,00			1.001,00
	Aquisição de ripas	4.800,00				4.800,00
	Aquisição equipamentos de proteção individual	3.435,60				3.435,60
	Serviços de projeto p/ modernização da UA	3.926,05				3.926,05
<b>3</b>		<b>81.346,88</b>	<b>17.362,59</b>	<b>19.630,80</b>	<b>69.070,00</b>	<b>187.410,27</b>
		<b>98.709,47</b>		<b>88.700,80</b>		

Fonte: Siafi

### d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab Nacional estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando foram certificadas as primeiras Unidades Armazenadoras no país.

Neste cronograma, está previsto para o estado do Maranhão que a UA/São Luís terá as obras e serviços necessários para a certificação realizados até 2014, enquanto as outras duas UAs tem seu cronograma estipulado para o ano de 2015. O quadro abaixo discrimina as obras em cada UA, bem como os valores estimados e seu cronograma.

Quadro 13 – Plano de Investimentos para Certificação das UAs

SAO LUIS (TIRIRICAL) – MA (até 2014)			
Capacidade estática: 4.500	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		620.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
Sinalização de trânsito		3.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>723.000</b>	
IMPERATRIZ – MA (até 2015)			
Capacidade estática: 41.000	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Aeração		150.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		180.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000	O1
Sistema de captação de material particulado (secador)		360.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		385.000	O4
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		60.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>1.228.000</b>	
ITAQUI – MA (até 2015)			
Capacidade estática: 18.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Pavimentação		1.030.000	O4
Recinto de Análise		50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
Sistema de captação de material particulado		165.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>1.333.000</b>	

Fonte: Dirab/Suarm/Gecad

## Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

**Quadro 14 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produção – safra 2011/12		Demanda %
	Convencional	Granel	Total	Produto	Quantidade (mil ton)	
158	133,0	1.670,9	<b>1.803,8</b>	Algodão	45,1	162,0
				Arroz	467,7	
				Feijão	27,4	
				Milho	731,6	
				Soja	1.650,6	
				<b>Total Produção</b>	<b>2.922,5</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

O quadro acima mostra que a realidade do Estado do Maranhão é bastante parecida com o resto do país. A capacidade estática está abaixo da produção de grãos, causando déficit de armazenagem. Tal cenário faz com que o produto deva ser escoado, rapidamente, da zona de produção.

### Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador tem como objetivo treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

Caso a Conab Nacional queira retomar a ação, faz-se necessário que ocorra disponibilidade de recursos orçamentários e a regularização administrativa (que já está em andamento) do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem-Centreinar, entidade responsável pela execução da ação, por meio de convênio Conab Nacional e a Fundação Artur Benrnades-Funarbe.

Portanto, não houve ocorrência desta ação na Sureg-MA.

## 6.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques -Sufis que elabora a programação anual de fiscalização.

Apenas a Matriz, por meio da Sufis conta com um contingente de empregados voltados unicamente para a realização dos trabalhos de fiscalização.

Nas Superintendências Regionais, os fiscais executam outras tarefas inerentes às demais atividades da Companhia, sendo, na medida da necessidade apresentada em âmbito nacional, convocados para trabalhos em outras Superintendências.

A Superintendência do Maranhão dispõe de 10 empregados com qualificação para fiscalização de estoques públicos.

A fiscalização dos estoques tem por finalidade avaliar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. É realizada periodicamente pela Conab na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes

do Manual de Operações da Conab – MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, tais como, em antecipação à formalização das operações de formação de estoques governamentais, durante o período de armazenamento, em caso de suspeita ou indícios de irregularidades ou em ocasiões julgadas oportunas.

Dada a intensidade das operações assumidas em âmbito nacional pela Companhia para atendimento às políticas públicas e programas sociais a necessidade do aumento do número de fiscais tende a se tornar premente em curto prazo.

No estado do Maranhão a demanda de fiscalização é suportável com o atual número de empregados, já que não há estoques públicos armazenados em armazéns privados e pelo fato de dispormos de apenas 03 (três) Unidades Armazenadoras.

**Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos.**

Não houve divergências averiguadas pelos fiscais nos estoques no exercício de 2012. Também não houve perdas e nem desvios físicos e/ou financeiros no exercício anterior.

#### **Quantidade de armazéns descredenciados no exercício**

No ano de 2012 não houve cadastramentos e nem descredenciamentos e/ou impedimentos de Armazéns no Estado do Maranhão.

#### **Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab**

No Estado do Maranhão não foi necessário a contratação de armazéns de terceiros para depositar produtos dos estoques do Governo Federal.

**Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos e valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos.**

Em 2012 não houve desvios de produtos dos estoques públicos. No entanto, a Regional tem créditos correspondentes a valores ajuizados em razão de débitos passados, relativos aos anos de 1992 a 2005, no valor de pouco mais de R\$ 33 milhões. Cumpre ressaltar que em sua maioria são débitos fulminados pela prescrição e de difícil recuperação.

#### **6.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos**

**Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques e Valores gastos com fretes**

**Quadro 15 – Demonstrativo das Remoções Contratadas**

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Contratada (ton)	Quantidade Removida (ton)	Quantidade Cancelada (ton)	Valor da operação (Em R\$)
GO	MA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	136,1	136,1	0,0	38.256,13
	Subtotal GO			136,1	136,1	0,0	38.256,13
MT	MA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	13.929,4	10.079,3	3.850,1	4.300.836,64
	Subtotal MT			13.929,4	10.079,3	3.850,1	4.300.836,64
<b>Total Geral</b>				<b>14.065,5</b>	<b>10.215,4</b>	<b>3.850,1</b>	<b>4.339.092,8</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

As remoções previstas para o estado do Maranhão atingiram um percentual de 72,4% do montante previsto.

Os principais problemas enfrentados para consecução dos objetivos delineados para a região norte/nordeste refere-se à dificuldade de estrutura logística, que coloca as regiões como pouco atraentes para o conglomerado transportador, acrescido ao fato da pouca oferta de cargas para aproveitamento do retorno dos transportadores ao local de origem dos produtos removidos, geralmente as regiões produtoras do Centro Oeste e Sul.

Como se pode observar no Quadro anterior as remoções concentraram-se, no ano de 2012, no atendimento ao Programa Venda em Balcão, em função das dificuldades de abastecimento por parte dos pequenos criadores afetados pela estiagem ocorrida na região nordestina.

### **Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local**

A região Nordeste foi drasticamente afetada pela instabilidade climática em 2012. Visando minimizar os efeitos da estiagem, o governo federal incrementou a remoção de milho em grãos para atendimento aos pequenos criadores, por meio do Programa Venda em Balcão.

Para o estado do Maranhão foram removidas 10.215 t de milho em grãos, oriundas do Mato Grosso e de Goiás.

Com essa remoção, objetivou-se amenizar os efeitos da adversidade climática junto aos principais afetados pelos efeitos causados pela estiagem.

#### **6.4. Principais indicadores de desempenho**

Abaixo mostraremos o indicador de desempenho da Administração dos Estoques Públicos. Para uma leitura mais rápida e objetiva dos indicadores constamos somente nome, objetivo e resultados dos últimos 3 anos.

Explicamos que os indicadores foram enviados pela Matriz e ainda estão em processo de validação, podendo no futuro, sofrer alterações.

1	<b>Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Análise do Resultado:</b> Em 2011 e 2012 houve contenção orçamentária no Governo Federal, logo não foram realizados cadastros de novos armazéns, já em 2010 não houve solicitações de cadastramentos.				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Análise do Resultado:</b> Não houve impedimento de armazéns nestes últimos três exercícios.				
3	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Análise do Resultado:</b>				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	19,06%	16,71%	20,16%
<b>Análise do Resultado:</b> Neste indicador observamos a média de ocupação das UA nos últimos três anos.				
5	<b>Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	21,10%	20,73%	38,34%
<b>Análise do Resultado:</b>				
6	<b>Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	234,79	545,26	1.026,54
<b>Análise do Resultado:</b> Em 2012 houve aumento no número de fiscalizações se compararmos com os anos de 2011 e 2012, foram 172 fiscalizações em 2012, contra 32 em 2011 e 80 em 2010.				
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	-	-	-
<b>Análise do Resultado:</b> Não houve desvios de produtos nos últimos três exercícios da Regional.				
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	-	-	-
<b>Análise do Resultado:</b> A qualidade dos produtos armazenados sempre é verificada pelos gestores das UA's. Nos últimos 3 exercícios, não foram detectados ocorrências de perda de qualidade nos produtos estocados devido a práticas incorretas de armazenamento.				
9	<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	-	-	-
<b>Análise do Resultado:</b> Não houve remoções de produtos nos últimos três exercícios da Regional. Todos os produtos recebidos na Sureg de remoção são oriundos de outros estados, portanto as despesas ficam a cargo das Sureg's de origem dos produtos.				

Fonte: Geose-MA

## 7. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 7.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

O parque de informática da Regional possui atualmente 89 (oitenta e nove) máquinas (CPU), 37 (trinta e sete) impressoras e 10 (dez) Notebooks. Destes equipamentos, 55 (cinquenta e cinco) estão com mais de cinco (5) anos de uso, sem garantia e frequentemente apresentam problemas.

Na área de informática, que também faz parte do Setor de Administração, Desenvolvimento e Recursos Humanos – Seade, temos apenas 02 empregados (enquadrados como nível médio) que atendem a Sede e também as Unidades Armazenadoras. Em decorrência dos constantes problemas apresentados pelos equipamentos acima citados e ainda pela carência de pessoal, tivemos que firmar contrato com a empresa AIT Administração de Tecnologia de Informática LTDA., Processo Administrativo nº 11.015/2011, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos.

Atualmente, a nossa rede lógica apresenta problemas, porém em razão da aquisição da sede própria, já esta sendo providenciada a migração com nova instalação.

Para execução das tarefas e ações rotineiras, precisamos de pelo menos mais 30 (trinta) microcomputadores.

Quanto aos Sistemas Corporativos, para melhor acompanhamento e controle, a SUREG-MA necessita da instalação e implantação dos sistemas operacionais a seguir relacionados:

- Controle de vales-transporte,
- Controle do Serviço de Assistência à Saúde;
- Controle de benefícios;
- Controle de Férias.

Para sanar tais dificuldades, em 2012 solicitamos documentalmente a nossa Matriz a renovação dos equipamentos de informática desta Regional.

## 8. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 8.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## 9. GESTÃO DE PESSOAS

### 9.1. Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou somente dois concursos (em 2005 e em 2006), para atender as demandas das Regionais. O reduzido número de vagas ofertados nos concursos não atendeu a demanda das Superintendências.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional. No ano de 2012, a Sureg recebeu 03 (três) empregados anistiados.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, são necessários remanejamentos dentro da própria Regional. Caso a Regional não tenha colaborador com o perfil adequado para algum cargo em específico, a Sureg-MA envia solicitação de Recursos Humanos a Matriz para esta replicar o pedido para todos os estados (para verificar se existem empregados com os requisitos pedidos e interessados em transferência).

### 9.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes ao corpo funcional (público interno) da Regional se dá por meio dos seguintes veículos:

**Notícias do Dia** – Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus empregados. É confeccionado todo mês na Sureg.

**Correio Eletrônico** – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

**Intranet** – Este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc. Este veículo de informação tem suas notícias centralizadas na Matriz.

As ações voltadas para o público externo têm o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade o que a Conab Nacional realiza. Para isso, a Conab Matriz executa um conjunto de iniciativas voltadas para orientar as Regionais desde o relacionamento com a mídia à participação em feiras e exposições, em eventos de caráter político-institucional e promocionais e em cerimônias públicas. No ano passado, a Conab-MA participou da Exposição Agropecuária do Maranhão – Expoema, além de realizar diversas palestras de divulgação institucional e de seus programas voltados a pequenos produtores e extrativistas.

### 9.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

A Gestão do Clima Organizacional tem o objetivo de retratar, a partir da percepção compartilhada dos empregados, o contexto organizacional do momento pesquisado, contemplando políticas, práticas, padrões e procedimentos da Empresa.

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, em todas as Regionais e na Matriz, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa. A divulgação dos dados só foi realizada em 2012 e não houve manifestação da Presidência da empresa sobre o plano de ação.

A Companhia decidiu realizar, em todo o país, outra Pesquisa de Clima Organizacional no mês de março de 2013. Observa-se que as pesquisas de Clima Organizacional são centralizadas na Matriz.

O ambiente de trabalho é constituído de duas partes distintas: a física (instalações, móveis, decoração etc) e a social (as pessoas que o habitam). Para melhorar as condições do ambiente físico de trabalho aos colaboradores, a Regional adquiriu imóvel para servir como sua sede. O processo de compra iniciou-se ainda em 2012 mas foi finalizado somente no início de 2013.

Já quanto a parte social, a Conab prioriza a saúde de seus colaboradores como importante patrimônio da empresa. Para tanto concede, no mês de aniversário, exames médicos gratuitos ao funcionário.

### 9.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A Conab Nacional implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia. Observamos que a estratégia de Recursos Humanos, bem como o orçamento para a ação, é centralizada na Matriz, ficando a cargo das Regionais apenas sua execução.

Devido ao PEC, a cada dois anos a Conab Nacional realiza Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no Plano.

Esse levantamento é feito em nível de matriz e regionais, sendo posteriormente consolidado na matriz, portanto trata-se de um levantamento centralizado onde cabe as Regionais informar suas necessidades de treinamentos.

Através do PEC, a Conab incentiva os seus empregados a regressarem na vida acadêmica por meio de cursos de pós-graduação, projeto Graduar (alfabetização até ensino médio) e em curso de idiomas (com incentivo financeiro de 50% da mensalidade). No exercício anterior não houve demandas de empregados por cursos de pós-graduação e pelo projeto Graduar

Em 2012 foram treinados 50 colaboradores da Regional em 11 áreas. A maioria dos treinamentos foi sobre sistemas internos da empresa. Abaixo os dados desta ação.

**Quadro 16 – Treinamento por Área de Conhecimento na Sureg-MA**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	30	584:30:00	0,81
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	2	20:00:00	0,42
Educação e Desenvolvimento	2	600:00:00	12,5
Financeira	6	224:00:00	1,56
Gerencial	2	18:00:00	0,38
Informática	-	-	-
Jurídica	1	16:00:00	0,67
Operacional	3	80:00:00	1,11
Planejamento	4	84:00:00	0,88
Qualidade	-	-	-
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>1626:30:00</b>	<b>1,36</b>

Fonte: Gecap

Em comparação com 2011, mesmo com as contenções orçamentárias do Governo Federal, houve acréscimo no número de colaboradores treinados (de 29 para 50). A maioria desses funcionários foram treinados no Centro de Treinamento da Conab, em Brasília, ao custo de R\$ 51.036,27. Explicamos que, neste valor estão inclusos, além das despesas com treinamentos, também despesas com deslocamentos, diárias, etc.

Os resultados alcançados com os treinamentos são tabulados por nossa Matriz e envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia. A metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, sem previsão de quando irar ser estendidas as Regionais.

Em 2012, A Regional do Maranhão começou a incentivar seus funcionários para atuarem como instrutores na disseminação do conhecimento, considerando o nível de suas competências pessoais, como exemplo disso, podemos destacar a experiência piloto que tivemos com o treinamento voltado para os profissionais do secretariado.

## 9.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

O quadro de Recursos Humanos da Conab Nacional é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento (ocorrendo somente na matriz), seja de origem estatutária ou não.

A Superintendência do Maranhão, também conta com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza e prestação de serviços.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab Nacional para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício anterior, a Regional contava com 129 funcionários em todo o estado. Deste quantitativo, só em 2012, três colaboradores retornaram a empresa através da lei da anistia.

Em comparação com os dois últimos exercícios (2010 e 2011), a Regional teve um pequeno aumento no seu quadro de colaboradores. Em 2010, contávamos com 122 empregados e em 2011, com 126. Mesmo com o aumento quantitativo dos Recursos Humanos da UJ, este número ainda se mostra insuficiente para a demanda de atividades e ações realizadas pela Conab-MA.

No quadro abaixo descrevemos a força de trabalho da Regional.

**Quadro 17 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	Não há	<b>129</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos de Carreira	-	129	3	0
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
<b>3. Conselheiro de Administração / Fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	Não há			
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>		<b>129</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Fonte: Dige/Sugep

Do total de 129 empregados, cerca de 12,4% encontravam-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, que totalizam quatorze funcionários. Também temos 2 empregados afastados, sendo 1 por licença mandato eletivo e o outro por aposentadoria (invalidez temporária), conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro 18 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>14</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	14
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	1
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>0</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>16</b>

Fonte: Dige/Sugep

Na Companhia, as funções gratificadas das Superintendências são preenchidas por funcionários de carreira da empresa. Na Regional temos 17 empregados lotados em funções gratificadas. Não existe lotação autorizada para tais funções, apenas lotação efetiva, conforme quadro abaixo.

**Quadro 19 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	17	9	7
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		17	9	7
1.2. Empregado com Contrato Especial/ Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	17	9	7

Fonte: Dige/Sugep

Como mencionado anteriormente, os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT, não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalcem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens com 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

Portanto com o passar dos anos e devido, principalmente, a falta de limite para aposentadoria compulsória e a não realização de concurso público (o último concurso para as Regionais foi em 2006), houve aumento significativo da média de idade dos recursos humanos da Regional. Tal fato tem como principal desvantagem, aumento de faltas ao local de trabalho (principalmente por motivos de saúde), perda de conhecimento técnico e da cultura organizacional (a medida que os empregados aposentados vão deixando de laborar e não há reposição de funcionários no lugar daqueles).

Do total de nossos colaboradores, 79,8% estão acima de 51 anos (conforme quadro a seguir).

**Quadro 20 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	0	1	14	72	22
1.1. Em Cargo de Carreira		1	14	72	22
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	0	3	8	9	0
2.1. Cargos de Carreira		3	8	9	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	0	4	22	81	22

Fonte: Dige/Sugep

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 29 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), ou seja, 22,4% do total da força de trabalho da Conab-MA. Com isso, fica evidenciado a necessidade de realização de concurso público, tanto para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional dos demais empregados, quanto para a entrada de novos colaboradores de nível superior. No quadro a seguir, detalhamos o nível de escolaridade da Regional.

**Quadro 21 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		8	5		11		66	1	17	1				
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira					1		8		9	2				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>74</b>	<b>1</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA - Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Digep/Sugep

Além dos empregados efetivos, em 2012 a Regional contava com 13 estagiários de nível superior (distribuídos entre áreas meio e fim), com custo anual de R\$ 223.894,07 (bolsa-salário mais auxílio transporte). O quadro abaixo detalha a composição de estagiários da Sureg.

**Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	223.894,07
1.1 Área Fim	8	8	6	7	
1.2 Área Meio	6	6	6	6	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>223.894,07</b>

Fonte: Digep/Sumoc

Em 2012, os custos totais de pessoal (discriminados em servidores de carreira, cedidos com ônus a empresa e ocupantes de funções gratificadas), pagos na Regional, chegaram a R\$ 16,6 milhões. Em comparação com 2011, houve acréscimo de 18,2% no valor total. Este aumento ocorreu, principalmente, em consequência do Acordo Coletivo 2011/2012 da empresa.

A seguir, o quadro de custos de pessoal (no quadro não há discriminação dos encargos sociais).

**Quadro 23 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	5.791.087,10	-	-	114.118,50	675,00	1.379.697,20	-	261.183,64	-	7.546.761,44
	2011	6.867.640,20	-	-	135.553,70	3.375,00	1.263.689,08	-	12.891,70	-	8.283.149,68
	2012	9.778.172,70	-	-	151.754,44	14.276,00	1.482.838,24	-	268.224,26	-	11.695.265,64
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	291.722,86	-	-	-	-	105.902,22	-	6.767,82	-	404.392,90
	2011	414.348,84	-	-	-	562,50	116.987,65	-	-	-	531.898,99
	2012	545.566,88	-	-	-	-	154.837,50	-	11.736,87	-	712.141,25
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	2.693.501,48	-	915.144,74	17.031,68	-	330.149,54	-	109.327,54	-	4.065.154,98
	2011	3.492.910,52	-	857.744,18	19.952,08	12.621,00	393.099,50	-	-	-	4.776.327,28
	2012	2.791.731,82	-	985.192,34	30.449,04	-	340.857,32	-	74.055,42	-	4.222.285,94
<b>Pensão Vitalícia</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digeop/Sugep

Para desenvolver nossas tarefas e atividade de rotina, precisamos fazer uso de locação de mão de obra de terceiros, mediante contrato de prestação de serviços. A grande maioria de nossos contratos referem-se a prestação de serviços médicos a nossos colaboradores e seus dependentes. Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2012.

**Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante																
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento																
UG/Gestão: 135100 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0001-80									
Informações sobre os contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados					Sit.	Quantidade de Trabalhadores			
					Início	Fim	F		M		S		P	C		
					P	C	P	C	P	C		P	C			
2008	L	O	05/2008	07.990.439/0001-58	03/11/11	02/11/12					2			E	-	2
2012	L	O	26/2012	13.909.561/0001-50	05/11/12	04/11/13		1			1			A	-	2
2011	V	E	32/2011	11.029.232/0001-99	01/09/11	29/02/12					32			E		32
2011	V	O	34/2011	08.692.482/0001-08	01/02/12	31/01/13					32			P	-	32

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: SEADE/MA

**Quadro 25 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante														
Nome: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB														
UG/Gestão: 135170							CNPJ: 26.461.699.0101-43							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	2	O	29/2011	05.559.244/000122	15/08/11	14/08/12								E
2012	2	O	24/2012	10.251.429/0001-05	16/10/12	15/10/13								A
2008	4	O	45/2008	07.990.439/0001-58	03/11/11	02/11/12			1					E
2012	4	O	27/2012	07.396.965/0001-94	05/11/12	04/11/13			1					A
<b>Observações:</b>														
<b>LEGENDA</b>														
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte: SEADE/MA

**Demonstrativo de Admissão e Desligamento na UJ**

Não houve desligamentos em 2012 na Regional. Já quanto a admissões houve, como já relatado anteriormente neste capítulo, o retorno de 3 anistiados no exercício passado.

**Perspectiva de aposentadoria e estratégia de recomposição de pessoal**

Como já comentado anteriormente, os empregados da Conab são regidos pela CLT, portanto não há uma idade limite para aposentadoria compulsória na empresa, podendo os seus colaboradores se aposentarem pelo INSS e continuarem na ativa.

Devido a isto, em 2012 a Conab-MA já tinha 25 colaboradores aposentados, ou seja 19,3% da força de trabalho da Regional.

A recomposição de pessoal ocorre mediante monitoramento periódico do quadro de vagas disponível (Regional envia sua demanda para a Matriz), o que pode ensejar a realização de um novo concurso. Uma vez identificada a demanda de pessoal, realiza-se o planejamento do concurso, que deve contemplar minimamente os cargos, áreas, subáreas e requisitos de perfil que deverão ser preenchidos.

Para a realização de um novo concurso considera-se: a adequação à legislação vigente (quadro de pessoal autorizado, vagas para portadores de necessidades especiais, dentre outros).

A Conab Nacional realizou concurso no início de 2013, para o provimento de 88 vagas de nível superior. Este concurso foi direcionado apenas para a Matriz, em Brasília. Ainda não foi previsto concurso para as Regionais.

A Matriz também está estudando um novo Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, para ser implantado ainda em 2013. Tal ação visa estimular a saída dos colaboradores já aposentados, e conseqüente abertura de vagas para serem providas via realização de concurso público.

## Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Abaixo, mostraremos os indicadores de desempenho da área de Recursos Humanos. Para uma leitura mais rápida e objetiva dos indicadores constamos somente nome, objetivo e resultados dos últimos 3 anos.

1	<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	1,10%	0,40%	0
	<b>Análise:</b> a empresa só realizou 2 concursos (em 2005 e 2006), logo não houve admissões nos últimos três anos via concursos público, somente o retorno de empregados através da Anistia. Também não ocorreram desligamentos nestes três anos. O valor do último exercício esta dentro da meta estabelecida para 2012 (<5%).			
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	68,99%	46,03%	58,20%
	<b>Análise:</b> Conforme acordo coletivo, o exame periódico anual é obrigatório para todos os colaboradores. Em 2012, nosso percentual ficou perto dos 70%. A meta para o exercício passado era de 100%.			
3	<b>Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
	<b>Análise:</b> Nos últimos três exercícios não houve ocorrência de acidentes de trabalhos na UJ. Portanto os percentuais, dos últimos três anos, estão dentro das metas estabelecidas (próximo de zero).			
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	12,40%	12,70%	13,11%
	<b>Análise:</b> Não houve aumento de colaboradores enquadrados como nível superior na UJ, mantendo o mesmo quantitativo durante os últimos três anos (16 empregados de nível superior). O percentual vem diminuindo nos três exercícios devido ao aumento de funcionários, enquadrados em outros níveis de escolaridade, lotados na UJ. A Matriz e a UJ não estabeleceram metas para este indicador.			

Fonte: Geple

## 9.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Segundo o inciso XVII do art. 37 da CF/88, a proibição de acumular estende-se a empregos e funções públicas e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Os acúmulos permitidos também estão listados no art. 37 da CF/88.

Portanto a Conab (como um todo), por ser empresa pública, deve detectar qualquer possível acumulação de cargo, função ou emprego público de seus colaboradores.

O artigo 18 dos Regulamentos de Pessoal da Conab (10.105 e 10.106), versa sobre a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos (ressalvados os previstos em lei), sendo que, caso haja acúmulo, o empregado devera comunicar a área competente, até a data de sua contratação, a sua opção. O não cumprimento do artigo pode ocasionar nulidade de contrato de trabalho do empregado.

Já quanto a periodicidade de averiguação de ocorrência de acúmulo de cargos de seus empregados, tanto a Conab Nacional como suas Regionais não definiram nenhum controle interno específico para tal finalidade, sendo a atuação da empresa meramente reativa, ou seja, quando constatada multiplicidade de vínculos empregatícios, cabe aos gestores adotarem providências, visando à identificação dos casos de acumulação lícita e a elucidação das situações ilícitas encontradas.

No ano de 2012 não foi verificado nenhuma situação irregular de empregados lotados na

Regional, logo não houve processo administrativo disciplinar aberto sobre tal situação.

### 9.7. Previdência Complementar (Cibrius)

#### **Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### **Identificação da Unidade (Entidade)**

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

No Maranhão 41 colaboradores contribuem ao CIBRIUS. O valor total de contribuições pagas pelos empregados participantes, no exercício 2012 foi de R\$ 284.761,57, ou seja, 1,88% da participação Nacional.

Já o valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab em 2012, para os 41 funcionários lotados no Estado do Maranhão foi de R\$ 284.324,29.

Quanto ao valor desembolsado para pagamentos de benefícios pelo CIBRIUS, o valor total foi de R\$ 219.486,28 para 19 beneficiários.

## 10. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 10.1. Programas e Ações do PPA

O planejamento de execução física e financeira da Conab Nacional tem metas previstas para diversas ações. O desenvolvimento dessas metas e o seu acompanhamento (meta realizada) é feito pela Conab Matriz, ficando a cargo das UJ's apenas a execução das ações. No quadro abaixo observamos o quadro geral da execução física e financeira da Sureg-MA no ano de 2012.

**Quadro 26 – Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	10.000.000,00	5.083.396,90
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	3	3	825.443,26	98.709,47
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	70	172	100.000,00	40.384,41
		011E	147U - Modernização UA Itaqui/MA	% exec física	6	0	5.000.000,00	124.920,00
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	70.000,00	59.612,72
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.700.000,00	3.612.318,28
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	8.500.000,00	8.241.603,48
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	520	506	1.150.000,00	1.135.203,57
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	110	123	60.000,00	54.323,70
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	125	128	710.000,00	707.995,64
		4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	60	50	40.000,00	36.890,04	
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	300.000,00	257.933,76
			00H2 - Pqto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	324.000,00	323.885,21

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

#### 2130 – Formação de estoques

A Sureg/MA não operou com formação de estoques em 2012, haja vista que a produção agrícola do estado é absorvida pelo mercado interno. Exceção ao produto milho em grãos que foi removido dos estados de Goiás e Mato Grosso para atendimento ao Programa Venda em Balcão, conforme já citado no capítulo 4.

Devido a remoção do milho em grãos o valor executado da ação em 2012 foi maior que o de 2011 (que ficou em torno de R\$ 1.569.135,97). Este acréscimo deve-se principalmente ao aumento nas despesas com transporte de produtos (principalmente milho) dos outros estados. Também entram na execução da ação outros itens como garantia de produtos armazenados, embalagens e tributos (como ICMS).

#### 2829 – Recuperação da Rede Própria

No ano de 2012, a Regional desembolsou no geral R\$ 187.410,27 para esta ação. Sendo que foram liquidados R\$ 98.709,47 (52% do valor total) e o valor restante foi inscrito em Restos a

Pagar. As obras, serviços e equipamentos adquiridos para as Unidades Armazenadoras através da referida ação foram discriminados no quadro 12, página 36.

O valor executado em 2012 é 48% menor que o valor geral do exercício 2011 (que foi de R\$ 361.226,03). No entanto, o valor liquidado de 2012 é maior que o liquidado em 2011. No exercício de 2011 foram liquidados R\$ 57.917,24 (16% do valor total de 2011), sendo que o restante foi inscrito em Restos a Pagar.

### **2137 – Fiscalização dos estoques**

A atividade fiscalizadora prevê a realização periódica de verificação da consolidação das operações de formação dos estoques públicos e/ou da sistemática de guarda no período de armazenagem dos estoques governamentais, no intuito de mensurar as condições quantitativas e qualitativas dos produtos e acompanhando, ainda, as condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns participantes dessa política pública. Realiza a fiscalização, também, o registro e a notificação das eventuais irregularidades constatadas nos trabalhos de verificação in loco, confrontadas estas com os parâmetros contratuais estabelecidos. São inspecionadas, também, as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários em relação à documentação pertinente aos Regulamentos e Avisos específicos para os diversos instrumentos e verificando o cumprimento da operação contratada.

A fiscalização dos estoques é realizada dentro do Cronograma de Fiscalização definido pela Matriz por meio de sua área competente (Superintendência de Fiscalização – Sufis), que utiliza uma programação anual, devidamente coordenada e posta em prática pelo quadro de empregados habilitados para essa função técnica ou quando se verifica a pertinência de monitoramento ou fiscalização relacionados à situações específicas.

Nas Superintendências Regionais os empregados habilitados na função de fiscal de estoques governamentais realizam atividades sob alçada das Sureg's, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, operacionalização do PAA etc.

A Conab-MA detém atualmente em seu quadro 10 (dez) empregados habilitados à função.

No exercício de 2012, a Regional desembolsou a mais na execução financeira da ação se comparado com o exercício de 2011 (que foi de R\$ 17.448,24), também aumentaram a execução física da ação: de 32 (em 2011) foi para 172 (em 2012). Tal acréscimo ocorreu devido ao aumento na demanda pelo PAA e Pelo Programa Vendas em Balcão no Estado.

### **147U – Modernização UA Itaqui/MA**

O Complexo Portuário de São Luís do Maranhão consiste em um dos maiores estabelecimentos portuários do Brasil, sendo composto pelos Terminais privativos da Vale (Terminal Marítimo Ponta da Madeira - TMPM) e da Alumar e pelo Porto do Itaqui. Sua movimentação anual chega a ser de impressionantes 100 milhões de toneladas ou mais dos mais diversos tipos de produtos.

Um dos diferenciais mais importantes do Porto é sua logística desenvolvida, caracterizada por sua localização estratégica para atender as linhas de navegação que operam dentro da costa brasileira ou em águas internacionais e pela presença de um eficiente sistema multimodal formado por rodovias, ferrovias e portos fluviais. Isso permite que as cargas que passam pelo Porto do Itaqui, percorram até 3.000 km dentro do território brasileiro em uma área de mais de 20 milhões de hectares que abrange diversos Estados da Federação, em especial aqueles próximos ao Corredor Centro-Norte (área que corresponde ao fluxo das ferrovias Norte-Sul e Carajás).

A estrutura de armazenagem atual abriga quatro silos verticais de concreto com capacidade estática unitária de três mil toneladas e um Armazém Granelheiro horizontal para grãos sólidos e cargas gerais, com capacidade estática nominal de 6.000 toneladas.

Na estrutura prevista, o sistema de armazenagem deverá operar por meio de 06 (seis) silos com capacidade volumétrica entre 16.000 m<sup>3</sup> e 22.000 m<sup>3</sup> para comportar a soja, o trigo e o milho e mais 01 (um) silo de capacidade inferior para atender a demanda de arroz. Em fase posterior, de maior detalhamento do projeto, deverão ser considerados silos de capacidade distinta de armazenagem eventualmente, mas que atendam a totalidade da demanda projetada. O sistema de armazenagem ainda engloba as esteiras de interligação e uma balança de fluxo.

Se observarmos o Quadro 26 – Ações Orçamentárias da UJ, verifica-se, que a baixa execução das obras de modernização previstas para a UA-Itaqui, necessariamente, se resumiram em 2012, ao valor destinado ao pagamento do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico e Ambiental que norteará toda a readequação e modernização da Unidade em função das perspectivas ora descritas.

Esta ação teve início em 2012, logo não temos como comparar sua execução orçamentária com os anos anteriores.

#### **4711 – Pesquisa de Safras**

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab Nacional elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento e Levantamentos de Safras das principais culturas do país. Logo, cabe à Regionais a execução da referida ação e a Matriz a consolidação dos dados e posterior divulgação.

Para a Sureg-MA foram disponibilizados para a execução da ação 4711 o valor de R\$ 70.000,00, sendo executados 59.612,72 (85,1% do total). A meta física de 12 pesquisas foi completada na sua totalidade.

Em comparação com 2011, houve 18% de acréscimo no valor executado, em consequência do aumento nos custos referentes ao deslocamento dos funcionários aos municípios onde são realizadas as pesquisas de safras.

#### **00H1 – Pagamento do Pessoal Ativo**

Esta ação não reflete as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz (UJ 135100), restando a Conab-MA apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias, salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2011 verificou-se variação, a maior, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho e por decisões judiciais e outras variações.

#### **Ação 2000 – Administração da Unidade**

Para a Sureg-MA houve uma dotação de R\$ 8.500.000,00, sendo liquidados R\$ 8.241.603,48, ou 96,9% do orçado. Nesta ação a Regional pagou despesas com o custeio (como diárias, material de consumo, passagens, etc), pessoal (como encargos, etc) e investimentos (como operações intra-orçamentárias, etc).

Em comparação com 2011, houve aumento de 48% no valor de desembolso desta ação. Essa variação tão alta foi devido a compra do imóvel que servirá de sede para a Regional.

### **Ação 2004 – Assistência Médica**

Visando o atendimento das necessidades médicas dos empregados da Conab-MA e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada a dotação orçamentária R\$ 1.150.000,00, sendo gastos R\$ 1.135.203,57, o equivalente a 98,71%.

No acumulado de 2012, o número de atendimentos realizados aos beneficiários foi de 506, ficando um pouco abaixo da meta física estabelecida de 520 atendimentos.

Em comparação com 2011, houve aumento de 19% na execução orçamentária devido, principalmente, ao aumento na tabela, utilizada pelos hospitais e clínicas, dos valores dos procedimentos médicos.

### **Ação 2011 – Auxílio – Transporte**

Para a Sureg-MA foram disponibilizados de dotação orçamentária o valor de R\$ 60.000,00, sendo executado R\$ 54.323,70. Em comparação com 2011, o valor da ação teve um pequeno decréscimo de 7%.

Quanto a meta física, o valor estipulador foi de 110 funcionários beneficiados/mês, sendo totalizado no final do exercício, 123 atendimentos, ou seja, 11,8% acima da meta.

Na Sureg-MA a execução desta ação se dá de duas maneiras: os empregados recebem o auxílio em pecúnia ou por meio da aquisição de tickets (ou de cartão magnético de transporte).

### **Ação 2012 – Auxílio – Alimentação**

No exercício 2012, a Sureg-MA recebeu R\$ 710.000,00 e executou R\$ 707.995,64, valor acima do executado em 2011, que foi de R\$ 664.621,07. Tal aumento deve-se ao reajuste no valor unitário do ticket (Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012).

Sua meta física de beneficiar 125 colaboradores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) foi executada em 102,4%, perfazendo a execução física de 128 empregados. A execução física da ação ficou acima dos 100% devido ao aumento no número de empregados desta Regional, readmitidos através da Lei da Anistia.

### **4572 – Capacitação de Servidores**

A Sureg-MA teve dotação orçamentária de R\$ 40.000,00, e a execução orçamentária totalizou R\$ 36.890,00; logo 92,2% da dotação destinada para a ação.

Já quanto a meta física, foi estabelecido para a Conab do Maranhão treinar 60 empregados, mas acabamos ficando abaixo desta, capacitando 50 funcionários (83% da meta) no ano de 2012.

A execução orçamentária e física do exercício anterior foi bem maior se comparado ao ano de 2011. Em 2011 houve o desembolso de R\$ 8.460,00 para 29 treinandos. Explicamos que, no ano de 2011 tivemos contenção de despesas devido ao Decreto nº 7.446, de 1.03.11.

### **0022 – Cumprimento de Sentença**

Esta ação é específica para o pagamento de despesas com o Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado. Para a Sureg-MA foram desembolsados R\$ 257.933,76 para os pagamentos de Passivo Trabalhistas.

Em relação ao ano de 2011, houve queda na execução orçamentária desta ação em 77%.

## 00H2 – Pagamento de Depósitos Recursais

São depósitos efetuados em juízo para que a Regional possa ingressar com recursos em sua defesa. No ano passado, foram pagos R\$ 323.885,21 de depósitos recursais, o que correspondeu a praticamente 100% da meta financeira prevista (de R\$ 324.000,00).

## Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas

Durante a execução da maioria das ações relatadas acima, não foram identificadas grandes disparidades entre valores planejados e executados.

Contudo, cabe lembrar, mais uma vez, que, quanto à execução da ação **4572 – Capacitação de Servidores** em 2012, houve aumento significativo se comparado com o exercício de 2011, visto que, como já citado acima, o ano de 2011 foi caracterizado pelas restrições orçamentárias do Governo Federal.

## Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Observamos, na maioria das ações do PPA que, como os valores entre o que foi executado para o que foi planejado ficaram muito próximos, não houve a necessidade de providências corretivas durante o ano de 2012.

## Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 4, 5, 6 e 7.

## Ações de Outros órgãos executadas pela UJ

Em face de ser uma empresa executora de política agrícola e do abastecimento a nível nacional, a Conab Matriz executa diversas ações através de termos transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres. Esses instrumentos são firmados pela Conab da Matriz com outros órgãos, entidades e/ou ministérios, e as Regionais da empresa têm o papel de executar as atividades e ações descritas nos contratos firmados.

Para que as UJ's possam realizar tais atividades, a Conab Matriz (centralizadora do orçamento), transfere os créditos orçamentários às Regionais. No ano anterior, a Regional do Maranhão realizou atividades de ações de Fiscalização de Seguro Rural, Distribuição de Alimentos, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Desenvolvimento de Quilombos. Os valores destas Transferências está discriminado no quadro abaixo.

**Quadro 27 – Ações de outros órgãos executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	12.076,79
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.851.842,78
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	21.192.474,71
	2802 - Oper Aquisição alimentos	225.016,14
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	3.050,00
<b>Total</b>		<b>23.284.460,42</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

### **Fiscalização do Seguro Rural**

Realizada através de Termo de Cooperação entre a Conab Nacional e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

No exercício anterior não houve fiscalização de produtores maranhenses, visto que não ocorreu demanda por tal trabalho no Estado, Porém a Sureg-MA cedeu fiscal para ser utilizado na operação de fiscalização no Paraná, devido ao alto volume de apólices e a falta de pessoal neste Estado. A execução orçamentária ficou em torno de **R\$ 12.076,79**, inclusas despesas com deslocamento e diárias do fiscal.

### **Ações do MDS e do MDA**

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS, porém executadas pela Conab-MA através de Termos de Cooperação firmado com a Conab Matriz e o ministério.

A execução destas ações está detalhada no capítulo 3 deste RG, no item 3.2.2 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

### **Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas**

Termo de Cooperação realizado entre a Conab Nacional e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. O objetivo do Termo de Cooperação é viabilizar a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional. No Maranhão foram distribuídos 41.632 quilos de alimentos para 1.000 famílias.

## **10.2. Restos a Pagar**

Os Restos a Pagar Processados foram despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho foi recebido, caracterizando-se como os compromissos de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Nos anos de 2010 e 2011, verifica-se que todos os valores que foram inscritos também foram pagos em sua integralidade, confirmando que estava faltando apenas a última fase da despesa.

Os Restos a Pagar Não processados dizem respeito às despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, pois não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho. Entretanto, pelo entendimento da Lei 4.320/64, os restos a pagar não processados foram escriturados como obrigação.

No ano de 2010, foi inscrito apenas o valor de R\$ 29.700,00 referente a elaboração de projeto de combate a incêndio na UA/Imperatriz, que foi cancelado em virtude de ter sido pago apenas em 2012, sendo realizado um novo empenho para pagamento. Já no ano de 2011, os maiores impactos de cancelamentos referem-se a ausência do serviço do reforço estrutural metálico e a não aquisição de micro motor para a UA/Itaqui em decorrência da empresa vencedora da licitação não ter tido mais interesse na execução da obra. Na Sureg-MA, foram empenhados custos com a alienação da UA/Balsas como despesas de certificação de projeto, emissão de habite-se, pagamento de

aforamento, custas e emolumentos, porém não foram gastos todos os valores empenhados, sendo então realizado o cancelamento do empenho. Quanto ao valor a pagar de R\$ 1.700,00 estão sendo realizados diversos pagamentos para o fornecedor ao longo do ano de 2013 para que esse saldo seja zerado.

#### Quadro 28 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	286.405,45	0,00	286.405,45	0,00
2010	223.707,50	0,00	223.707,50	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	358.353,23	326.281,33	30.371,90	1.700,00
2010	,00	29.700,00	,00	,00
...	,00	,00	,00	,00
				,00

Fonte: Secof-MA

### 10.3. Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas, estão disponíveis no anexo I.

### 10.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

A Sureg-MA conta com um patrimônio de 14 imóveis (entre armazéns, terrenos, etc), conforme abaixo:

**Quadro 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Rosário	1	1	Autorizada a aquisição de prédio-sede da Sureg. O Armazém de Rosário está cedido à FUNASA, o Entrepasto de Pesca e um terreno localizados em São Luís estão destinados a venda, também destinados a venda um imóvel em Pindaré-Mirim, São Félix do Balsas, Balsas, Presidente Dutra, Zé Doca, Bacabal e Fortaleza dos Nogueiras (Conad-Ata da 202ª Reunião, Ordinária, realizada em 24/02/2010)
São Luís	3	3	
Pindaré -Mirim	2	2	
Imperatriz	2	2	
São Félix das Balsas	1	1	
Balsas	1	1	
Presidente Dutra	1	1	
Zé Doca	1	1	
Bacabal	1	1	
Fortaleza dos Nogueiras	1	1	
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	

Fonte: Diafi/Supad

No fim do exercício de 2012, a Conab do Maranhão mantinha 2 imóveis locados de terceiros, a saber.

**Quadro 30 – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
<b>Maranhão</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
São Luís	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Diafi/Supad

Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior

## 11. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 11.1. Controle Interno da UJ

**Quadro 31 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>					
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Análise Crítica:</p> <p><b>O controle interno</b> da UJ é centralizado na área de Auditoria Interna da Matriz. O grande volume de operações realizadas no dia a dia faz com que os gestores necessitem de um sistema de Controle Interno que possibilite que todas as operações sejam realizadas de acordo com as políticas estabelecidas para atingirem o objetivo esperado. O controle interno é um instrumento, que através de suas ferramentas, auxilia a administração em todas suas atividades de caráter administrativo e operacional, acusando, de forma rápida, a necessidade de adoção de medidas preventivas ou corretivas visando a eliminar, ou mesmo a minimizar, perdas decorrentes de ineficiências, desvios e a maximização do lucro da organização. Em razão da Superintendência Regional não dispor de uma unidade de controle interno, as ações nesse sentido têm sido feitas de forma descentralizada por cada uma das gerências, dentro de sua área de atuação, mediante adoção de mecanismos que favoreçam o atingimento da eficiência operacional e obediência aos normativos, objetivando antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos e práticas antieconômicas e fraudes.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Sureg-MA

## 11.2. Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

### Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

#### Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad nº 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o

Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

### **Competências Regimentais e Estrutura Organizacional**

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

- I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;
- II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;
- III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;
- IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;
- V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;
- VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;
- VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
- VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;
- X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;
- XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de

1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

### **Estrutura de Recursos Humanos da Audin**

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

### **Manual de Auditoria interna – MAI**

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e

de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

### **Sistema de Auditoria Interna – Siaudi**

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAIN, inclusive.

### **Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin**

#### **Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria**

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

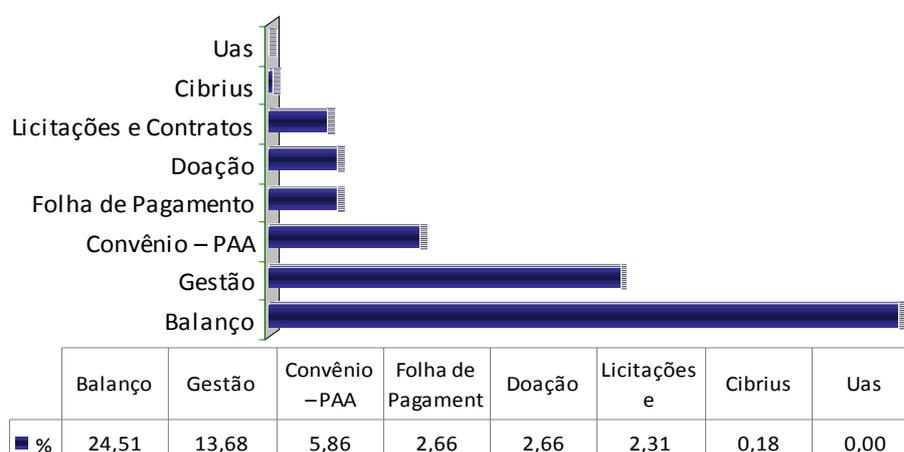
Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Gráfico 1

**Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012**



Fonte: Audin

A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço

<b>Ordinária</b>	<b>9</b>	<b>20.12.2012</b>	<b>Sureg/TO</b>	<b>Gestão</b>
<b>Ordinária</b>	<b>10</b>	<b>27.12.2012</b>	<b>Matriz</b>	<b>Folha de Pagamento</b>

Fonte: Audin

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

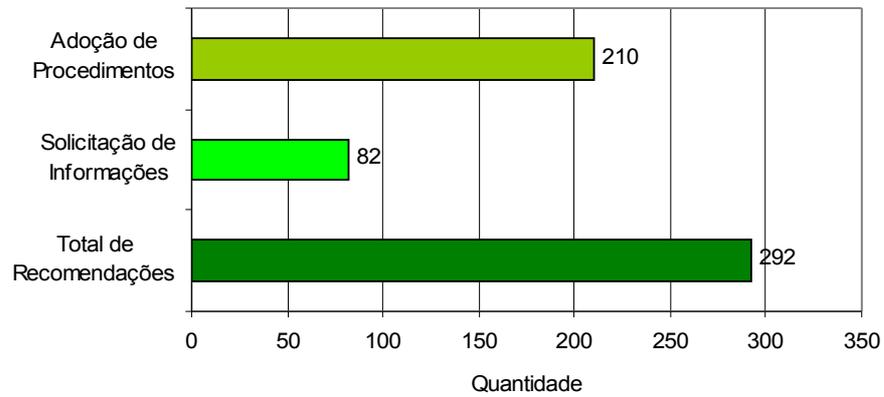
### Quadro 32 – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
<b>Gestão Técnica e Operacional</b>	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados;</li> <li>• Falhas na execução das atividades;</li> <li>• Falhas na documentação e instrução de processos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
<b>Conformidade</b>	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de normas internas;</li> <li>• Descumprimento de leis, normas ou regulamentos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
<b>Recursos Humanos</b>	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiências de qualificação e capacitação;</li> <li>• Estrutura Organizacional</li> <li>• Outras.</li> </ul>
<b>Tecnologia</b>	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência ou deficiência de sistemas;</li> <li>• Infraestrutura (equipamentos);</li> <li>• Outras.</li> </ul>
<b>Infraestrutura</b>	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operacional;</li> <li>• Administrativa.</li> </ul>

Fonte: Audin

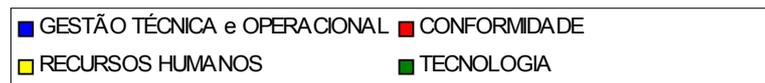
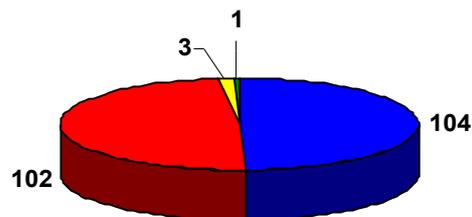
A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

**Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo**



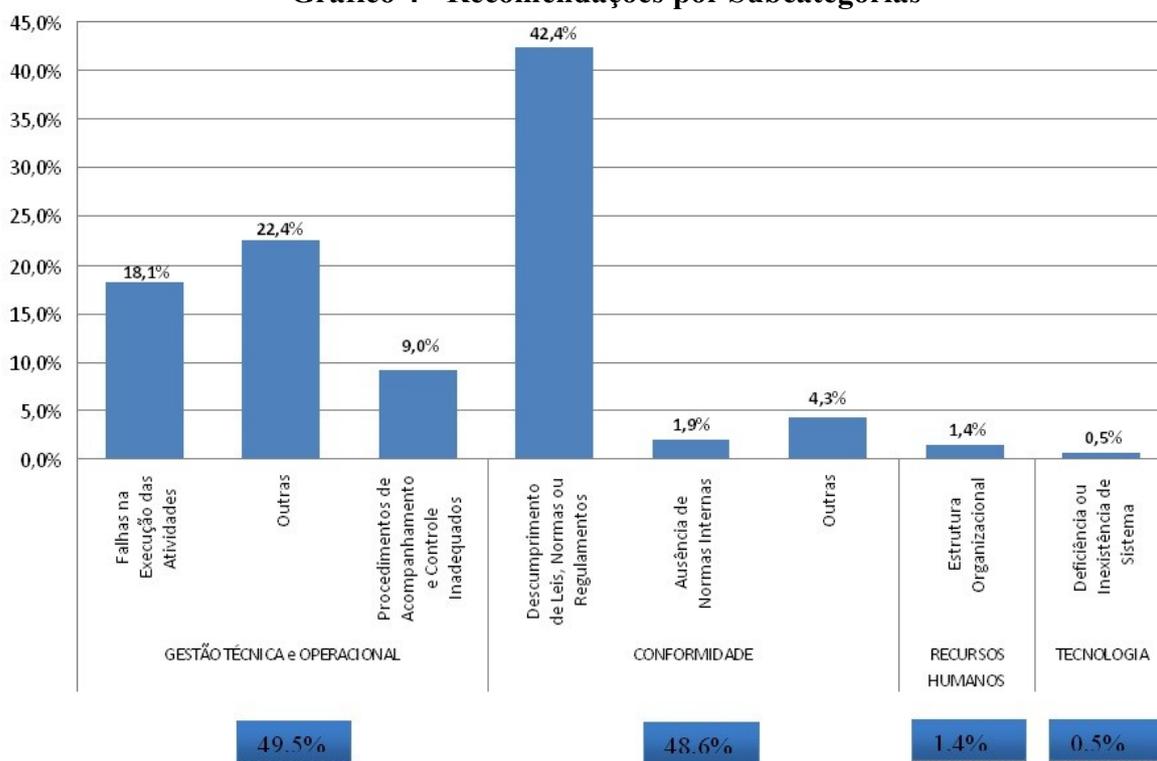
Fonte: Audin

**Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria**



Fonte: Audin

**Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias**



Fonte: Audin

### **Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin**

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

## 12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional da Conab no Maranhão atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

Como realizações do ano de 2012, podemos citar o aumento nas demandas pelo Programa Vendas em Balcão e, principalmente, o grande acréscimo de projetos no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado na introdução, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Conab-MA.

São Luís, 31 de maio de 2013.

## ANEXO I - Demonstrações Contábeis

## Quadro 33 - Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	0,00
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58

Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 34 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 35 - Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-9.920,43</b>	<b>32.070,11</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75

Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	669.381,15	-543.691,84
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 36 - Demonstração do Valor Adicionado**

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 37 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSEF./AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS  
SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro  
e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO  
MELO**  
Diretor de Operações e  
Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK  
ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e  
Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5  
CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

### **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de

09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

*e) Almojarifado:* Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

*f) Investimentos:* Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

*g) Seguros:* A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

*h) Imobilizado:* Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

*i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):* No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

*j) Benefícios a Empregados:* O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

*k) Ajustes de Exercícios Anteriores:* Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### *l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado:* O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas:* O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

*m) Provisões para Contingências:* Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º

11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) *Regime de Tributação:* Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

## Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

## Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

## Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques

públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

Em R\$ mil

## b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

## Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

## a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

## b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

## Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

## Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra

Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
<b>Estoques de Mercadorias</b>	<b>2.115.378</b>	<b>3.198.419</b>
<b>Estoques de Almoxarifado</b>	<b>2.858</b>	<b>2.659</b>
<b>Materiais em Trânsito</b>	<b>14.012</b>	<b>10.954</b>
<b>Compra Antecipada - CPR</b>	<b>598.503</b>	<b>472.554</b>
<b>Estoques de Distribuição</b>	<b>239</b>	<b>833</b>
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

#### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.
- As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
<b>Cível</b>	<b>48.603</b>	<b>66.445</b>	<b>110.195</b>	<b>212.373</b>
<b>Trabalhista</b>	<b>326.408</b>	<b>348.328</b>	<b>323.877</b>	<b>350.788</b>
<b>Tributária</b>	<b>8.021</b>	<b>8.052</b>	<b>16.346</b>	<b>16.346</b>
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

#### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por

danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

### **Ativo Contingente – Provável**

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

### **Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

### **Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

### **Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº

9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

### Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

### Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

### Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

### Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

#### a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza

jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### ***b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS***

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil.

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e

empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
<b>Maior Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Menor Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Maior Remuneração Empregado</b>	<b>27.220,73</b>	<b>25.170,39</b>
<b>Menor Remuneração Empregado</b>	<b>1.131,31</b>	<b>884,31</b>

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
<b>Dirigentes</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Empregados</b>	<b>3.150,45</b>	<b>2.642,62</b>

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
<b>Repasso – Recursos Próprios</b>	<b>4.369</b>	<b>2.420</b>
<b>Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA</b>	<b>1.243</b>	<b>798</b>
<b>Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA</b>	<b>472</b>	<b>0</b>
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

### b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário –

MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53